

Políticas Públicas de Leitura: Estudo Comparativo dos Planos Nacionais de Leitura de Portugal e do Brasil

Ingrid Melo Pessoa Cherubino

Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação

Orientador: Prof. Doutor José David Gomes Justino

Coorientadora: Prof^a Doutora Dulcinea Sarmento Rosemberg

Abril, 2014

**Políticas Públicas de Leitura: Estudo Comparativo dos Planos Nacionais de Leitura de
Portugal e do Brasil**

Ingrid Melo Pessoa Cherubino

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor José David Gomes Justino com a coorientação da Professora Doutora Dulcinea Sarmento Rosemberg.

Lisboa
Abril, 2014

Dedico este trabalho a Deus, minha mãe que é meu referencial de vida, pelo incentivo, ajuda, amor e por me ensinar a viver e, também à memória de meu pai. A meu querido esposo Magno que esteve sempre ao meu lado e incentivou-me em todos os meus projetos de vida, amo muito vocês.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela vida, fé e coragem e por tornar possível realizar esse sonho de terminar o mestrado.

A minha mãe pela confiança e apoio nessa difícil jornada, e ao meu esposo Magno que, de forma especial e carinhosa teve compreensão em minhas ausências e incentivou-me a não desistir da concretização desse sonho.

Á minha irmã Karem e minha sobrinha Ester pelo carinho e por estarem sempre ao meu lado.

Ao professor e orientador Doutor José David Gomes Justino pelos conselhos, pela maravilhosa oportunidade de ser sua aluna e orientanda do mestrado.

À professora e coorientadora Doutora Dulcinea Sarmiento Rosemberg, pela acolhida, pela paciência na orientação e pelas contribuições que tornaram possível a conclusão desta pesquisa.

Á Augusto, um grande amigo que ajudou-me imenso no tempo em que estive em Portugal, e a outros amigos, irmãos e parentes que, de uma forma ou de outra, contribuíram com a amizade e com o incentivo aos estudos.

Não posso deixar de agradecer a minha querida amiga Horlenice, aos casais Fernanda e Wagner, Marcos e Andressa e Ricardo e Manuela, com quem pude contar nas horas de necessidade e, também aos meus irmãos em Cristo que estiveram em oração para que eu pudesse concluir esse projeto de minha vida.

RESUMO

Políticas Públicas de Leitura: Estudo Comparativo dos Planos Nacionais de Leitura de Portugal e do Brasil

Ingrid Melo Pessoa Cherubino

PALAVRAS-CHAVE: leitura, políticas públicas de leitura, plano nacional de leitura – Portugal, plano nacional do livro e da leitura – Brasil, literacia.

Este trabalho propõe analisar comparativamente o Plano Nacional de Leitura (PNL) de Portugal e o Plano Nacional do Livro e da Leitura do Brasil, uma vez que são países que desenvolvem políticas públicas de leitura paralelamente aos seus sistemas de ensino formais. Especificamente, deverá alcançar os seguintes objetivos: definir o que são estes planos de leitura; destacar os aspectos que levaram ao seu surgimento; e como surgiram; entender as questões que levam Brasil e Portugal a desenvolverem e implementarem políticas públicas de leitura, identificar como se formou a necessidade de investir em políticas públicas específicas de incentivo à leitura; caracterizar comparativamente os históricos, as estruturas, os princípios, os objetivos e o conjunto de ações e áreas de intervenção estabelecidos nos planos nacionais de leitura português e brasileiro. Tema esse que teve estreita relação com as inquietações advindas da prática profissional da pesquisadora. Tratando-se de uma investigação de caráter exploratório, cujo contributo consiste fundamentalmente em comparar os planos nacionais de leitura, adotando-se o método dedutivo, com uma opção teórico-metodológica fundamentada por uma análise de conteúdo, tendo como referência os estudos de Bardin (1977), sendo esta de forma qualitativa e descritiva, que utilizou o recurso da pesquisa documental como principal estratégia de produção de dados para construir o *corpus* da pesquisa.

ABSTRACT

Reading Public Policy: A Comparative Study of National Reading Plans for Portugal and Brazil

Ingrid Melo Pessoa Cherubino

KEYWORDS: reading, reading public policies, national reading plan - Portugal, national plan of books and reading - Brazil, literacy.

This work proposes to analyze comparatively the National Reading Plan (PNL) of Portugal and the National Plan of the Book and Reading in Brazil, since countries are developing policies reading parallel to their systems of formal education. Specifically, should reach the following objectives: to define what these reading plans; highlight the aspects that led to their emergence; and how they came; understand the issues that lead Brazil and Portugal to develop and implement public policies to reading, identify how it formed the need to invest in specific public policies to encourage reading; characterize comparatively the historical, structures, principles, objectives and set of actions and areas of intervention set out in national plans and Brazilian Portuguese reading. Theme that had close links with concerns arising from professional practice of the researcher. Being an exploratory investigation, whose contribution is mainly to compare national reading plans, adopting the deductive method with a theoretical-methodological approach based on a content analysis, with reference to the studies of Bardin (1977), which is qualitative and descriptive, which used the feature documentary research as the main strategy of production data to build the corpus of research.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRELIVROS - Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares

CBL - Câmara Brasileira do Livro

CERLALC - Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe

EJA - Educação de Jovens e Adultos

GAVE - Gabinete de Avaliação Educacional

GEPE - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística

INAF - Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPLB - Instituto Português do Livro e das Bibliotecas

IPL - Instituto Pró-Livro

MA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCT - Ministério da Ciência e da Tecnologia

MEC - Ministério da Educação

MINC - Ministério da Cultura

OECD - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

OEI - Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura

PISA - Programa Internacional de Avaliação de Alunos

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNBE - Programa Nacional Biblioteca na Escola

PNL - Plano Nacional de Leitura

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

PNLE - Programa Nacional de Lectura y Escritura

PNLL - Plano Nacional do Livro e Leitura

PROLER - Programa Nacional de Incentivo à Leitura

RBE - Rede de Bibliotecas Escolares

SAL - Serviço de Apoio à Leitura

SNEL - Sindicato Nacional dos Editores de Livros

TIMSS - Third International Mathematics and Science Study

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
I.1 OBJETIVOS DO ESTUDO	4
CAPÍTULO I: DEFINIÇÃO E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	6
CAPÍTULO II: ESTRUTURA CONCEITUAL	12
CAPÍTULO III: METODOLOGIA	18
CAPÍTULO IV: ANÁLISE COMPARATIVA	20
IV.1 HISTÓRICOS	20
<i>IV.1.1 PNL Português</i>	<i>20</i>
<i>IV.1.2 PNLL brasileiro.....</i>	<i>27</i>
<i>IV.1.3 Encontros e Desencontros.....</i>	<i>29</i>
IV. 2 ESTRUTURAS	31
<i>IV.2.1 PNL Português</i>	<i>31</i>
<i>IV.2.2 PNLL BRASILEIRO.....</i>	<i>34</i>
IV.3 PRINCÍPIOS	35
IV.4 OBJETIVOS	40
IV.5 AÇÕES.....	44
IV.6 ÁREAS DE INTERVENÇÃO	47
<i>IV.5.1 Escolaridade Básica em Portugal</i>	<i>47</i>
<i>IV.6.2 Escolaridade Básica no Brasil</i>	<i>49</i>
CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS.....	53

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Pirâmide da Teoria das Necessidades de Maslow	8
Figura 2. Escalas de Literacia de Leitura	23
Figura 3. Setores relacionados com a Promoção da leitura	25

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Síntese dos princípios (PNL e PNLL) -----	39
Quadro 2: Objetivo Central (PNL e PNLL) -----	40
Quadro 3. Objetivos dos Planos Nacionais de Leitura de Portugal e do Brasil -----	41 a 42
Quadro 4. Objetivos dos Planos Nacionais de Leitura de Portugal e do Brasil -----	44 a 45
Quadro 5. Mapa das Ações do PNLL -----	46

INTRODUÇÃO

A informação tem uma função essencial e importante, uma vez que como estrutura significativa é capaz de produzir o conhecimento no indivíduo (Barreto, 1996). Para que isso ocorra coloca-se em funcionamento um processo que envolve quatro níveis hierárquicos: dados → informação → conhecimento e inteligência, que por sua vez auxiliam na construção do desenvolvimento cognitivo do indivíduo (Moresi, 2000).

Nesse contexto, concebendo a leitura como possibilitadora do processo mencionado, mas sabendo-se que o ato de ler não se restringe aos signos escritos, este projeto abordará a leitura apenas a partir dos registros escritos.

Para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2012, p. 21) a leitura é “um processo ‘ativo’, que implica não apenas a capacidade para compreender um texto, mas a capacidade de refletir sobre ele e de envolver-se com o texto, a partir das ideias e experiências próprias”.

E, nessa direção, a definição de leitura que fundamentará as discussões é a que recomenda Solé (1998), para quem a mesma pode ser vista não só como um ato cognitivo, mas também como ato social de interação entre leitor e autor, decorrendo não apenas do ato de ler um texto escrito, dependendo também dos diferentes modelos explicativos da aprendizagem da leitura. Os modelos podem ser ascendentes (sistema linguístico – enfoque no texto), descendentes (centrado no leitor por meio das teorias cognitivas), e também interacionais (interação leitor/texto).

Na perspectiva ascendente o leitor é um receptor passivo das informações obtidas através do texto, decodificando palavras. Podemos observar essa assertiva em Leffa (1999, p.18) quando afirma que “a construção do significado não envolve negociação entre o leitor e o texto e muito menos atribuição de significado por parte do leitor; o significado é simplesmente construído através de um processo de extração”.

Complementando este pensamento pode-se entender que “ler é ser capaz de atribuir aos textos significados, relacionando-o a todos os outros textos. É perceber as inferências que o texto traz consigo, permitindo melhor esclarecimento para o leitor” (Lajolo, 1993, p.59).

Já na ótica descendente defende a ideia de que o leitor estabelece o sentido do texto, sendo que o sentido emana do leitor em si e não do texto, se contrapondo ao modelo anterior, caracterizando-se pela atitude ativa do leitor, que utiliza seu conhecimento (linguístico, textual e experiências) no processo de compreensão, pois “a compreensão não é ditada por um juiz, autoridade ou academia, mas pela relação que se estabelece entre o texto lido e a experiência vivida pelo leitor” (Leffa, 1999, p. 28).

Assim, o interacionista é uma combinação dos modelos anteriores. Podendo ser entendido como um processo que enfatiza não apenas o papel do leitor ou mesmo o do texto, mas sim que o resultado da interação entre ambos é o que dá sentido à leitura. Esse intercâmbio ocorre ora na perspectiva do leitor, ora a do texto, dependendo da necessidade da situação de leitura (Duran, 2009). Sendo importante apreender todas essas formas de leitura para compreender cada uma dessas concepções que permeiam a prática da leitura.

Chartier (2003, p. 173) declara que “o livro, seja ele qual for, está suscetível a uma multiplicidade de usos. Ele é feito para ser lido, claro, mas as modalidades do ler são, elas próprias, múltiplas, diferentes e segundo as épocas, os lugares, os ambientes”.

A falta de leitura ou mesmo a sua inabilidade de execução com proficiência pode contribuir para que o indivíduo não seja um exímio leitor. Onde avaliar, compreender e utilizar a informação adquirida por meio da leitura de textos escritos é de suma importância nas sociedades contemporâneas, visto que o ato de ler compreendendo o que se lê, auxilia a pessoa a ter uma atitude ativa e um senso crítico apurado frente ao conhecimento a que está exposto em suas vivências.

E de acordo com Benavente, Rosa, Costa e Ávila (1996), o que motivou as políticas de escolaridade obrigatória foi de certo a preocupação em proporcionar competências básicas, nos domínios da leitura, da escrita e do cálculo, a um número cada vez maior de pessoas.

Podendo a escola, entretanto ser entendida como um dos espaços responsáveis pelo desenvolvimento das práticas de leitura, fomentando o aprendizado contínuo no educando, objetivando prepará-lo para viver em uma sociedade exigente no que se refere ao grau de informação e conhecimento produzidos.

Trata-se de um entendimento que tem levado inúmeros estudiosos a discutirem o assunto a partir de várias óticas. Dudziak, por exemplo, é uma brasileira que discute essa questão sob o prisma do conceito de *information literacy*. Usado a princípio nos Estados Unidos para indicar habilidades ligadas ao uso da informação eletrônica (Campello, 2003), podendo ser traduzido de acordo com Dudziak (2003) como *alfabetização informacional, letramento, literacia, fluência informacional, competência em informação*.

No ano de 1962, a Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO) definiu como analfabetos funcionais, os indivíduos que embora tenham frequentado a escola e possuísem diplomas de certificação de aprendizagens, eram incapazes de compreender um bilhete simples. Acarretando as essas pessoas, problemas relacionado à inserção no mercado de trabalho, participação cívica, acesso à cultura letrada e à informação, deixando-o a margem da sociedade (OCDE, 2001).

Ao longo desta pesquisa opta-se por utilizar o termo literacia em detrimento do de letramento, visto que em Portugal adota-se aquela terminologia e não esta, sendo ambas correspondentes, e que pode ser definido como capacidades fundamentais para que a pessoa obtenha sucesso na Sociedade do Conhecimento, permitindo-lhe realizar uma aprendizagem de maneira autônoma em diversos aspectos da vida (Vital & Floriani, 2006).

Estas habilidades não são apenas úteis em atividades acadêmicas e escolares, mas aplicáveis a todas as situações de resolução de um problema ligado à necessidade de informação (Hatschbach, 2002, p.1).

A literacia pode ser entendida então como a competência (ensinada e aprendida) de compreender e utilizar a informação, tanto na leitura e escrita quanto no cálculo, ligadas às exigências sociais, profissionais e pessoais de cada indivíduo, nos mais diferentes formatos, podendo ampliar conhecimentos e potencialidades deste indivíduo o que pode determinar o grau de sucesso e/ou insucesso, possibilitando-o a participar ativamente na sociedade.

Não devendo ser assumida como algo estático, como se o perfil da população pudesse ser mensurado a partir do nível de escolaridade, sendo possível adquiri-la em uma determinada época da vida e tornar-se válida para sempre. Os Níveis de literacia devem ser observados a partir dos níveis de necessidade e/ou exigência e mesmo das capacidades de uso social (Benavente, Rosa, Costa & Ávila, 1996).

Literacia em Leitura acopla um vasto conglomerado de competências, desde a decodificação de palavras ao conhecimento sobre o mundo, pois inclui também habilidades metacognitivas e até mesmo estratégias de leitura para a compreensão de texto, pois pode ser definido segundo o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) (2003, p. 20) como “a capacidade de compreender textos escritos, usá-los e refletir sobre eles de forma a alcançar objetivos próprios, desenvolver os próprios conhecimentos e o próprio potencial e participar ativamente da sociedade”.

Em suma, uma pessoa com bons níveis de desempenho em literacia é aquela que reconhece a necessidade da informação; organiza-a para uma aplicação prática; e integra a nova informação a um corpo de conhecimento existente, valorizando características sociais em suas práticas literatas (Dudziak, 2000). Então, buscar alternativas para a consolidação de métodos de leitura proficientes nos países em que o sistema escolar ainda não está amadurecido, suficientemente, torna-se imprescindível formar indivíduos com as aptidões mencionadas.

Neste cenário, este estudo pretende contribuir para ampliar a discussão junto ao profissional da área de educação, bem como de áreas afins na medida em que propõe analisar comparativamente os Planos de Leitura (PL) de Portugal e do Brasil, uma vez que são países que desenvolvem políticas públicas de leitura paralelamente aos seus sistemas educativos formais.

Para alcançar os objetivos pretendidos buscar-se-á desenvolver uma pesquisa documental, estabelecendo como documentos os PL brasileiro e português, mediante a análise de conteúdos para fins do estudo comparativo proposto.

Diante dos laços históricos que unem Portugal e Brasil e de suas características comuns, este estudo comparativo torna-se relevante por colocar em discussão as estratégias de implementação das suas Políticas Públicas de Leitura, haja vista que uma população leitora pode contribuir para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

I.1 Objetivos do estudo

Considerando que a importância social da leitura, no cenário em que os governos, as pessoas e as instituições, especialmente, as escolares biblioteconômicas têm uma função de

corresponsabilidade, indagamos: quais são as estruturas, os princípios, os objetivos e as ações dos PL português e brasileiro?

Para tanto definimos alguns objetivos específicos os quais nortearam a nossa investigação quanto ao que tange nosso objetivo principal que é caracterizar comparativamente os Planos estabelecidos em Portugal e no Brasil por meio de:

1. Históricos;
2. Estrutura;
3. Princípios;
4. Objetivos;
5. Ações.
6. Áreas de Intervenção

Em termos de estratégia expositiva, o estudo organiza-se em: Na primeira parte trazemos as discussões de cunho teórico, as quais servirão de substrato para interpretação da análise comparativa feita nesta investigação e contempla um item: Introdução.

Na segunda parte, capítulo I, temos a definição e formulação do problema. Já no Capítulo II especificaremos sobre a estrutura conceitual, fazendo uma revisão de literatura da temática. No Capítulo III explicitamos nossas estratégias metodológicas aplicadas na investigação empírica. No capítulo IV apresentamos a análise comparativa subdividida em categorias de análise considerando os documentos selecionados que foram os Planos Nacionais de Leitura de Portugal (PNL) e o Plano Nacional do Livro e Leitura do Brasil (PNLL). Na conclusão apresentamos reflexões pertinentes à problemática abordada e a referências utilizadas nesta dissertação.

CAPÍTULO I: DEFINIÇÃO E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

As relações entre a educação e os modelos de desenvolvimento das sociedades ligam-se a aprendizagem da leitura, sendo esta importante para a aprendizagem das diversas disciplinas que compõem qualquer currículo escolar.

Como afirma Weinberg e Edward (2005, p. 72) o “melhor termômetro para aferir o grau de aprendizado de um estudante é, segundo os especialistas, sua capacidade de ler e interpretar um texto: quanto mais precária ela for, mais difícil será para ele absorver conhecimento em outras matérias”.

Percebendo isto, a proposta fundamental contida no livro Educação: um tesouro a descobrir, da Comissão Internacional para a Educação do século XXI, presidida por Jacques Delors, é baseada no tesouro que reside no interior de cada pessoa, ou seja, amadurecimento pessoal que decorre das viagens interiores que cada um empreende na aquisição de conhecimento próprio e, que o sujeito aprendente busca teorizar os processos através dos quais consegue ampliar seu conhecimento sobre si e sobre o mundo (Carneiro, 2011).

De acordo com o Relatório Delors (1996), a Educação deve contribuir para o desenvolvimento de cada indivíduo, que transcorre do nascimento (conhecimento sobre si) ao fim da vida (conhecimento sobre o outro). Essa dialética de adquirir saber por meio de processos formais ou informais, desde que se revelem úteis, auxilia no desenvolvimento de competências que visem o bem-estar social, e possam servir como propósito acumulativo patrimonial do indivíduo.

Esta constituição de novos saberes é eminentemente relacional, não puramente instrumental. Neste livro supramencionado propõem-se quatro pilares que sustentam a aprendizagem: aprender a ser; aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender conviver. A educação não deve limitar-se apenas a fase inicial da vida, mas devemos vê-la presente em todas as fases subsequentes (Carneiro, 2011).

Contudo, mais do que aprender durante todos os anos da vida, o importante será que o aprender se faça com a vida. A pessoa aprendente será aquela que consegue conciliar um complexo de atitudes, competências e valores metacognitivos, pois

A educação ao longo de toda a vida é uma construção contínua da pessoa humana, do seu saber e das suas aptidões, mas também da sua capacidade de discernir e agir. Deve levá-la a tomar consciência de si própria e do meio que a envolve e a desempenhar o papel social que lhe cabe no mundo do trabalho e na comunidade. O saber, o saber-fazer, o saber viver juntos e o saber-ser constituem quatro aspectos intimamente ligados, de uma mesma realidade. Experiência vivida no quotidiano, e assinalada por momentos de intensão esforço de compreensão de dados e de fatos complexos a educação ao longo de toda a vida é o produto de uma dialética com várias dimensões. Se, por um lado implica a repetição ou imitação de gestos e de práticas, por outro é, também, um processo de apropriação singular e de criação pessoal. Junta o conhecimento não-formal ao conhecimento formal, o desenvolvimento de aptidões inatas à aquisição de novas competências. Implica esforço, mas traz também a alegria da descoberta. Experiência singular de cada pessoa ela é, também, a mais complexa das relações sociais, dado que se inscreve ao mesmo tempo no campo cultural, no laboral e no da cidadania (Delors et al., 2001, p. 107).

Tem-se então, relativa importância à emergência do conhecimento como motor das economias, tornando relevante a hierarquia de necessidades esboçada por Maslow¹, e segundo este, a não satisfação de qualquer um desses níveis conduz à apatia, à hostilidade e à destruição pessoal, sendo importante que seja suprida de forma crescente, ou seja, do nível mais baixo ao mais alto (Carneiro, 2011).

¹ Sobre tal fato, pode-se consultar Robbins, S. (2002). *Comportamento organizacional*. São Paulo: Prentice Hall.

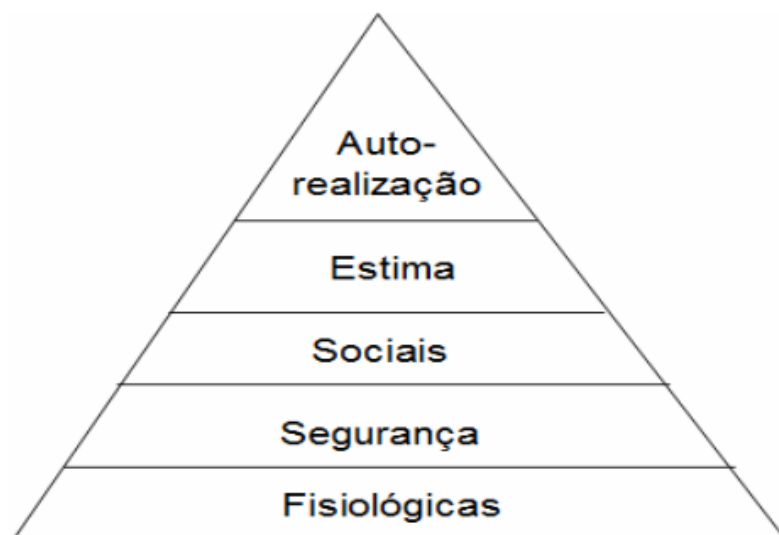


Figura 1. Pirâmide da Teoria das Necessidades de Maslow.

Fonte: Robbins, S. (2002). Comportamento organizacional. São Paulo: Prentice Hall.

Discutir as estratégias educativas e de aprendizagem no primado da pessoa será sem dúvida um dos desafios humanos e sociais no primeiro quarto do século XXI. Os novos modos de aprender e os contextos aprendentes confirmam cada vez mais a necessidade constante de atualização.

A literacia em leitura então como aprendizagem necessária para o mundo contemporâneo é “un instrumento real para la inclusión social y un factor básico para el desarrollo social, cultural y económico” (Declaración De Santa Cruz De La Sierra 2003, p. 9).

Na sociedade do Conhecimento e das Aprendizagens torna-se mais nítida essa dimensão social dos processos de aprendizagens, e o valor social, político e econômico da leitura e das suas possibilidades formativas.

Essa multiplicação de plataformas temáticas e especializadas de comunicação permite acolher a diversidade² humana no aprender, em que os indivíduos não são meros utilizadores passivos da informação, mas sim ativos e criadores (Sim-Sim, 2004). Pode-se observar ainda em Sim-Sim que,

O âmbito do conceito de literacia mantém-se associado às exigências da sociedade, mas essas exigências estão hoje marcadas por uma complexidade crescente. Ler é

² Ver mais sobre Diversidade no livro: Silva, M. C. V. (2008). *Diversidade cultural na escola: Encontro e desencontros*. Lisboa: Edições Colibri.

hoje fundamentalmente aceder ao conhecimento através da reconstrução da informação contida no texto, o que implica uma íntima e permanente interacção entre o leitor e o texto. O leitor tornou-se um construtor de significado e a leitura transformou-se na grande porta de acesso ao poder do conhecimento. É esta a base do conceito de literacia plena, uma supracapacidade promotora de transformação pessoal e social (2001, p. 17).

Entretanto serve isto para apresentar dois pontos: o primeiro é que a globalização do conhecimento nos coloca frente a uma transposição de paradigma das culturas aprendentes e o segundo é que a sociedade do Conhecimento e da Aprendizagem está consequentemente ligada às culturas, entendida como reduto da diversidade humana.

É nessa vertente que se fundamenta a reorganização do papel dos educadores, pois à medida que os processos instrutivos tradicionais como os que ocorrem na escola – assentes na autoridade e no monopólio da informação - perdem força, assume-se então uma ótica de processos mais humanos e sociais – menos engessado e mais biológicos de estimular o aprender continuado. Sendo a Escola, enquanto instituição formal de ensino, mediadora entre as tecnologias de aprendizagem e o aprendente, tendo o papel fulcral na formação destes leitores, podendo esta ser entendida como, “espaço ideal para a estruturação de uma comunidade leitora cuja acção ultrapassará sempre os muros bem delimitados da instituição (Dionísio, 2000, p.44)”.

A escola enquanto instituição importante nesse processo de promoção de uma identidade de leitura necessita articular-se cada vez mais com a comunidade, e transforma-se em Comunidade de Aprendizagem, podendo esta ser definida por Mello, Braga e Gabassa (2012, p. 11) como,

modelo educativo comunitário, a partir do qual se compreende a escola como instituição central de nossa sociedade. (...) É uma proposta dedicada à ampliação da participação de pessoas do bairro e da cidade na vida da escola, intensificando e diversificando, de maneira metódica, as interações entre diferentes agentes educativos. Ações de familiares, de pessoas da comunidade de entorno e de profissionais da educação se articulam de maneira dialógica para a garantia de máxima aprendizagem para todos os estudantes, com desenvolvimento de convivência respeitosa, tendo a diversidade como fonte de riqueza humana.

Refletir sobre as iniciativas de promoção da leitura é nomeadamente esquadriñar ações que possam ser integradas ao sistema de ensino no intuito de minimizar problemas ligados à iliteracia. Podendo estas debilidades leitoras serem influenciadas por diversos aspectos: social, político e econonômico do indivíduo. Sendo a escola um local importante, porém não único, de promoção leitora.

Neste sentido, os PL são criados como programas que visam “apoiar” estratégias de incentivo a leitura promovida pelas instituições escolares ou não e, também desenvolver mais ações, na tentativa de melhorar o desempenho dos alunos ao nível da literacia em leitura, sendo uma das funções do Estado assegurar esse direito à Educação que os cidadãos possuem (Balça & Souza, 2012). Declarando ainda que,

O Estado é a instituição política encarregada de manter a ordem social por meio de ações que visam a resolver possíveis conflitos e situações que possam trazer algum tipo de insatisfação e problemas à sociedade. Tais ações promovidas pelo Estado são chamadas de políticas públicas (2012, p. 371).

Sendo estas políticas imprescindíveis para a manutenção da sociedade, pois buscam assegurar os direitos e deveres tanto da população, quanto do Estado bem como instituição política que “coordena” a ordem social.

A este propósito analisou-se os PL como exemplo de iniciativas de fomento à leitura, que têm como finalidade fundamental colmatar as dificuldades de competências de leitura tanto no âmbito escolar como social do aluno.

Foram realizadas análises comparativas relacionando semelhanças e diferenças, desde a ótica teórica a sua metodologia. Consequentemente, estabeleceram-se alicerces que pudessem nortear e materializar a formulação e construção de políticas culturais que tencionem ampliar a prática leitora na sociedade Ibero-Americana (Peña & Isaza, 2005).

A elaboração de Planos Nacionais de Leitura (PNL) em países da América Latina, por exemplo, ganhou evidência, enquanto ferramenta importante de política cultural, a partir de 2004, quando a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e o CERLALC, através do Plano Ibero-Americano de Leitura, puseram em prática uma agenda de políticas públicas de leitura e identificaram países da Ibero-América onde elaborou-se PNL's (Moraes, 2010, p. 7).

O Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe (Cerlalc), e a Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) são órgãos fomentadores do Plano Ibero-Americano de Leitura. Plano este que teve como finalidade consolidar e converter em política pública permanente ações de promoção da leitura.

Apartir de 2004 países ibero-americanos conseguiram colocar em prática uma agenda de políticas públicas de leitura, o que acabou por ajudar na elaboração dos PL, principalmente em países da América Latina.

CAPÍTULO II: ESTRUTURA CONCEITUAL

Antes do surgimento das primeiras tentativas de criação dos sistemas de escrita, o conhecimento era comunicado oralmente, de geração para geração. Para More (1998), a escrita é um item social construído ao longo da história da humanidade, que surgiu da necessidade de comunicação, interação e intercâmbio social, sendo portadora de sentido.

Segundo Higounet (2003) a história da humanidade se divide em duas eras: antes e desde a escrita. Para este autor a lei escrita veio para substituir a lei oral, o contrato escrito substituir o verbal. E a necessidade de uma nova forma de comunicação demonstrava-se cada vez mais latente, pois havia diferentes interpretações sobre um mesmo conceito. Os registros dos acontecimentos surgiram com o homem primitivo, diante da necessidade de marcar sua existência gravando imagens nas paredes das cavernas, desenhos em pedras, madeiras e em tantos outros materiais, fixando, assim, suas experiências ao longo do tempo.

A evidência cada vez maior da necessidade de registrar a informação que era adquirida, fez com que o homem buscasse alternativas para isso. Tornou-se explícita a condição de preservar ou mesmo externar sentimentos, ações, relacionamentos, batalhas e todas as atividades relacionadas ao seu cotidiano por meio da escrita (Higounet, 2003). Foi a partir de então que a informação começou a ser representada de diversas maneiras e utilizando-se os mais variados suportes: pedra (Pinturas Rupestres);³ papiro,⁴ pergaminho, papel, entre outros recursos disponíveis na natureza.

Conforme Chartier (1998) “Do rolo ao códice medieval, do livro impresso ao texto eletrônico, várias rupturas menores dividem a longa história das maneiras de ler”. A leitura decorre da *apropriação*, isto é, da compreensão e uso do que está escrito, podendo variar segundo fatores (suporte material do impresso; seu ano de criação ou leitura e/ou na sociedade que está inserido) presentes na prática da leitura e como representação de sentidos diferentes a cada leitor (Chartier, 2009).

³ São escritos realizados em pedra, geralmente no interior de cavernas e os materiais utilizados eram: tintas extraídas de plantas, sangue de animais ou mesmo de pedras que ficavam as margens dos rios.

⁴ Fibras extraídas de plantas geralmente encontradas as margens do rio Nilo.

De acordo com Chartier (2002, p. 70), “a leitura não é somente uma operação abstrata de inteligência: ela é uso do corpo, inscrição em um espaço, relação consigo e com o outro”. A invenção da escrita foi sem dúvida um grande marco na história da humanidade.

Com o intuito de registrar a memória e disseminar ideias, o homem no decorrer do tempo lançou mão de várias técnicas (sistemas de escrita) para que seus costumes fossem preservados e passados a diante. Os principais sistemas de escrita são: pictografia, cuneiforme, hieróglifos, ideográfica, alfabética e fonética, dentre outros.

A linguagem escrita permitiu ao homem a possibilidade de perpetuar a história da humanidade, acumular e produzir conhecimento, contribuindo para o registro dos mais diversos domínios do saber e, conseqüentemente, gerando avanços das tecnologias de informação e comunicação (TIC).

O primeiro fato relacionado a esses avanços foi a invenção da Tipografia (prensa móvel ou tipos móveis de metal), em 1439, pelo alemão Johannes Gutenberg, que imprimiu várias obras, sendo a sua obra mais famosa a Bíblia de 42 linhas, terminada em 1455. Gutenberg foi quem popularizou o processo de fabricação dos livros.

O gosto pela leitura começa a ser desenvolvido nos primeiros anos de vida do indivíduo. Pais que leem para seus filhos, desde os primeiros meses de vida ajudam a melhorar o desempenho cognitivo e até psicomotor de seus bebês, mesmo antes de seu nascimento, uma vez que durante a gestação, a criança aprende a identificar vozes, sons da língua que irá aprender a falar, e com algumas semanas de vida poderá reconhecer textos e músicas ouvidos por ele no período da gravidez (Oliveira, 2003).

O ato de ler é essencial à formação de opiniões, conceitos e ideias, provocando no indivíduo contato com pensamentos diferentes e ampliando a sua visão de mundo, enfim, estabelecendo-se a relação do homem com o que foi lido.

O ato de ler é concretizado a partir da relação que o homem estabelece com textos em diferentes suportes (materiais, produtos e equipamentos que permitem a circulação de um texto, que possibilitam a visualização do leitor: papel - livro, jornal, revista; plástico, vidro, madeira, muro, camiseta, tela) e com o tipo de leitura (lazer, interação, comunicação, informação, pesquisa, estudo) que procura em cada um

deles, além das relações sociais que permeiam todas as práticas de leitura (Favaro, 2009, p. 24).

São inúmeras as finalidades que levam à leitura (informação, educação, lazer, cultura, trabalho, entre outras) que devem deflagrar ações importantes tais como: a popularização da necessidade da leitura, a disseminação e democratização da informação.

A escola é um dos espaços responsáveis pela formação de leitores. Sendo ela considerada um dos primeiros ambientes que devem corroborar a promoção da leitura e da escrita formal. Sendo dela a responsabilidade de criar estratégias e oportunizar condições para despertar nos educandos o interesse, aptidão e competência/literacia em leitura.

Definir políticas públicas voltadas nomeadamente para o incentivo à leitura passa então a ser algo imperativo. Pensar a leitura e a escrita como assuntos de políticas públicas implica reconhecer que elas “no tienen un valor neutral, sino que están ligadas a procesos sociales que las convierten en una poderosa herramienta para la democratización y la participación social” (CERLALC & OEI, 2004, p. 12).

Ler e aprender são aspectos que convergem em vários pontos, mutuamente sofrendo interferências, são indissociáveis - um ato acaba por ser consequência muitas vezes do outro e vice-versa (CERLALC et al., 2004). E pode-se conceituar esse leitor competente como alguém que,

sabe selecionar, dentre os textos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a suas necessidades, conseguindo estabelecer as estratégias adequadas para abordar tais textos. O leitor competente é capaz de ler as entrelinhas, identificando, a partir do que está escrito, elementos implícitos, estabelecendo relações entre o texto e seus conhecimentos prévios ou entre o texto e outros textos já lidos (Brasil, 1998, p.70).

No que concerne às políticas públicas educativas atuais, os amplos processos de transformação social ocorrido no pós Revolução Industrial criaram a necessidade de novos requisitos educacionais, novos saberes, gerando novas demandas sociais específicas de preparação para o trabalho. Diante de tais exigências, cada vez mais diferenciadas, o processo de reestruturação das relações produtivas apropria-se do campo da educação, impondo uma reestruturação de todos os seus espaços e dimensões dos sistemas educativos,

sendo necessárias novas políticas que viabilizem as transformações desejadas (Akkari, 2001).

As tendências das políticas educativas recentes acabam por ter como ponto de referência as mudanças introduzidas pela chamada *Reforma Educativa*. Reforma esta que obteve consenso na Europa, a partir de um memorando que estabeleceu uma política educacional pelo Conselho Europeu de Lisboa (Portugal), no ano 2000.

De acordo com Royero (2012), este documento que consiste na primeira tentativa formal, de apresentar uma política nacional no campo da Educação na União Europeia, baseada em três objetivos principais: melhorar a qualidade e a eficiência de sistemas de educação e formação; facilitar o acesso aos sistemas de educação e de aprendizagem ao longo da vida e abrir os sistemas de educação e formação para o mundo.

A reforma educativa pode ser definida como transformações no sistema de ensino (política escolar, currículo, pedagogia, didática, organização, gestão, financiamento e até mesmo a filosofia educacional). Embora assumindo carácter híbrido, segundo Batista (2012, p.19) “a Reforma Educativa é fundamentalmente desenhada pelos princípios de maior descentralização, autonomia, participação e inserção no meio comunitário”.

Já a *aprendizagem ao longo da vida*⁵ tem o objetivo de melhor preparar os indivíduos para suplantarem os desafios da *economia do conhecimento* mais competitiva e dinâmica (Guile, 2008). O que enfatiza o papel da educação na transformação das sociedades e, em termos de sua coesão econômica e social, tencionando aperfeiçoar o *Capital Social e Humano*⁶ (Portes, 2000).

O capital humano – o conhecimento, as competências e outros atributos das pessoas susceptíveis de serem postos ao serviço da produção – constitui um importante fator motor do crescimento económico e do desenvolvimento social equilibrado, e que a literacia é um elemento chave e determinante tanto do capital humano como do capital social (DataAngel Policy Research Incorporated, 2009, p.9).

³ Aprendizagem ao longo da vida. Relatório global sobre aprendizagens e educação de adultos. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001886/188644por.pdf>

⁶ Davenport, T. O. (2001). *O capital Humano: O que é e por que as pessoas investem nele*. São Paulo: Nobel.

Essa reforma tem se centrado na melhoria da eficiência e eficácia de seus sistemas de ensino⁷, ou seja, tentando minimizar ou mesmo solucionar problemas educativos como, por exemplo, os relacionados com literacia - processo contínuo de apropriação de conceitos, atitudes e habilidades necessárias à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica - criando aprendizes ao longo da vida, sendo estas capazes de encontrar, avaliar e utilizar a informação para resolver problemas ou tomar decisões, seja na vida pessoal, acadêmica e/ou profissional (Behrens, 1994).

Entretanto, Justino (2009) afirma que existem mecanismos sociais de reprodução dessas desigualdades, o chamado “círculo vicioso” das desigualdades educativas e sociais, estando o estatuto socioeconômico dos alunos estreitamente ligado à questão do desempenho escolar do mesmo, pois ele afirma que:

Baixo capital familiar tende a potenciar o insucesso, este acaba por condicionar as formas de inserção no mercado de trabalho, limitando o acesso às melhores oportunidades – empregos e rendimentos, logo *status* – e assim condicionando as hipóteses de mobilidade social ascendente. A partir deste ponto, repoe-se idêntica sequência para os seus descendentes (Justino, 2009, p.3).

As desigualdades manifestam-se socialmente na educação, pois é um fator que denota a fraca coesão social⁸, e a educação tem papel importante na transformação das sociedades em termos de sua coesão tanto económica quanto social.

Coesão Social de forma resumida pode ser entendida como a harmonia (estabilidade) entre as relações sociais, e que as partes do todo (os indivíduos) estão funcionalmente unidos e precisam desempenhar a sua função visando garantir que a sociedade funcione na sua totalidade, possibilitando que seus componentes vivam em consenso e ordem social.

Sendo o papel da escola (ferramenta que auxilia na manutenção da coesão social) preservar e reproduzir a própria sociedade. E a origem social acaba, por influenciar o desempenho escolar, porém este consenso não diminui a complexidade de outros fatores

⁷Sander, B. (1992, Julho/Dezembro). Administração da educação no Brasil: É hora da relevância. *Educação Brasileira, Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras*, 4(9). Brasília, DF, pp. 8-27.

⁸ Durkheim, É. (2011). *Educação e Sociologia*. Lisboa: Edições 70.

que influenciam nos percursos escolares do aluno. Promover igualdade de oportunidades sociais por meio da universalização e democratização cada vez maior dos sistemas educativos tem sido meta recorrente na busca de um *ensino ideal*. Segundo Justino (2012, p. 65),

Quando a escola conseguir assumir a responsabilidade de contrariar o determinismo social do insucesso, então estaremos no bom caminho no sentido da concretização do princípio da equidade e da igualdade de oportunidades. Enquanto não o conseguirmos, seremos sempre confrontados com a ineficácia do sistema de ensino ao não cumprir a missão que lhe está confiada.

A política educativa, que traduz arte ou ciência da organização da educação, caracteriza-se de várias formas (precisa, imposta, implícita, geral e/ou planificada). O termo a princípio sugere possuir uma estratégia e uma consciência da filosofia da ação educativa e as tendências que essa ação sustenta (D'Hainaut, 1980).

A inquietação em volta da temática da leitura e da formação de leitores surge da percepção de seu valor enquanto conhecimento que pode ser adquirido pelo exercício da atividade de ler. Essa problemática está latente tanto em esfera nacional quanto internacional. Em âmbito nacional, temos então a criação dos Planos Nacionais de Leitura visando melhorar os índices de literacia destas duas nações: Portugal e Brasil.

Considerando que a promoção da leitura é de responsabilidade de governos, pessoas e espaços com os quais o educando interage, especificamente das instituições escolares, a pesquisa que se propõe realizar parte da seguinte questão: **o quê é e do que tratam o PNL português e o PNLL brasileiro?**

CAPÍTULO III: METODOLOGIA

Utilizamos como método a dedução, partindo-se de uma situação geral e genérica para uma particular, como estratégia para atingir níveis de compreensão mais aprofundados dos fenômenos que foram investigados qualitativamente. A análise aqui encetada é realizada mediante uma Análise de Conteúdo, sendo esta definida como interpretação pessoal por parte do pesquisador, que verifica uma determinada realidade, em relação à percepção que tem dos dados, não sendo possível realizar uma leitura neutra, visto que toda leitura se constitui numa interpretação (Moraes, 1999).

Nesse sentido, entendemos que uma pesquisa dessa natureza precisa utilizar uma metodologia que leve em conta a diversidade dos países em que estes planos estão sendo desenvolvidos (Portugal e Brasil). De acordo com Bardin (1977) “tudo o que é dito ou escrito é suscetível de ser submetido a uma análise de conteúdo”, levando em consideração o conteúdo e a forma.

Com base na definição dos nossos objetivos, os dados foram analisados a partir de categorias de análise elencadas, identificadas e enumeradas, tendo-se como eixos de operacionalização os objetivos específicos propostos nesta pesquisa, sendo eles:

Objetivos Específicos:	Categorias de Análise
Caracterizar comparativamente os <u>históricos</u> , as <u>estruturas</u> , os <u>princípios</u> , os <u>objetivos</u> , o <u>conjunto de ações</u> e <u>áreas de intervenção</u> estabelecidas nos PL português e brasileiro.	<ol style="list-style-type: none">1. Histórico dos PL2. Estrutura3. Princípios dos PL4. Objetivos dos PL5. Ações dos PL6. Áreas de Intervenção

A pesquisa foi descritiva, exploratória e qualitativa. E quanto ao tipo de delineamento desenvolvido, realizou-se uma pesquisa documental. Segundo Gil (2008), a pesquisa documental é semelhante à pesquisa bibliográfica. A principal diferença entre ambas é a natureza das fontes.

Na pesquisa bibliográfica as fontes são os materiais já publicados, principalmente de livros e artigos de periódicos. Já a pesquisa documental, os materiais utilizados geralmente não receberam ainda um tratamento analítico (por exemplo, documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e privados: cartas pessoais, fotografias, filmes, gravações, diários, memorandos, ofícios, atas de reunião, boletins etc).

Assim, a amostra foi constituída pelos Planos Nacionais de Leitura⁹ dos dois países supracitados, objetivando a sua compreensão, interpretação e inferência que serviram de matéria-prima de investigação para esta pesquisa.

⁹ Adotaremos a nomenclatura Planos de Leitura (PL), para fazer alusão a ambos os planos (Plano Nacional de Leitura [PNL] de Portugal, e o Plano Nacional do Livro e da Leitura [PNLL] do Brasil), visando não confundir o leitor com as nomenclaturas já existentes. Utilizaremos as siglas de cada plano quando estivermos mencionando cada um separadamente.

CAPÍTULO IV: ANÁLISE COMPARATIVA

IV.1 Históricos

Portugal e Brasil são países de língua portuguesa, existem quatro principais diferenças em relação a aspectos da língua falada nesses países: fonética, vocabulário, morfologia, sintaxe.¹⁰ Ambos além de possuírem a mesma língua, e serem banhados pelo oceano Atlântico, estão localizados em continentes diferentes; europeu em Portugal e sul-americano, no Brasil, no qual este foi colônia daquele por um período de 322 anos (1500-1822). Utilizam unidades monetárias díspares, o Euro e Real, respectivamente. Além de apresentarem diversas outras diferenças: Econômicas, Sociais, Culturais e etc. Analisaremos para efeito desta pesquisa os Planos de leitura desses dois países ibero-americanos¹¹ tencionando apontar as diferenças e semelhanças.

IV.1.1 PNL Português

Em Portugal, desde meados dos anos de 90, onde foi realizado um estudo nacional dirigido à avaliação da literacia dos adultos (Benavente et al., 1996; Costa e Ávila, 1998), e com a divulgação dos resultados da pesquisa *Third International Mathematics and Science Study* (TIMSS) dirigido pela *International Association for the evaluation of educational achievement* (IEA) no final de 1996, tem surgido algumas mudanças quanto a iniciativas ligadas à promoção da literacia.

O TIMSS foi um dos primeiros estudos internacionais a verificar os níveis de desempenho dos alunos, buscando avaliar os conhecimentos em matemática e ciências, que indicou a situação grave de Portugal no que diz respeito ao domínio da leitura, revelando então os baixos níveis de literacia da população portuguesa (Justino, 2010).

¹⁰ Ver mais em: Teyssier, P. (1989). *Manual de Língua Portuguesa (Portugal-Brasil)*. Tradução portuguesa de Margarida Chorão de Carvalho. Coimbra Editora, Coimbra.

¹¹ Composto por nações da Península Ibérica e América Latina, cujas populações falam português e espanhol, mais a Guiné Equatorial, na África.

Pesquisas empíricas nacionais e internacionais, realizadas sobre competência e domínio em leitura, como o PISA, vêm dando suporte teórico a implementação de políticas públicas de leitura.

O PISA foi lançado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1997, para investigar e comparar o desempenho das escolas e dos sistemas de ensino em todo o mundo por meio da avaliação de estudantes de 15 anos de idade. Tendo como principal finalidade produzir indicadores sobre a efetividade dos sistemas educacionais (Balça & Souza, 2012), e constatar a capacidade dos jovens em usarem os seus conhecimentos de forma a enfrentarem os desafios da vida real, em vez de simplesmente avaliar o domínio que detêm sobre o conteúdo do seu currículo escolar.

Carvalho e Sousa (2011, p.110) defendem que “quando nos falta à capacidade de compreender, analisar, refletir, interpretar, inter-relacionar informação escrita, tornamo-nos muito mais limitados a atuar em sociedade e a exercer nossos direitos. A literacia é, assim, condição de cidadania”.

Até o momento, mais de 65 países em todo o mundo participaram do PISA. O estudo é dividido em três áreas de conhecimentos (matemática, leitura e ciências), sendo que a cada triênio o foco especial recai sobre uma dessas áreas. O primeiro levantamento PISA foi realizado em 2000 em 32 países (incluindo os 28 países membros da OCDE daquela época) concomitantemente, e o Brasil participa como país convidado desde o primeiro teste.

No PISA do ano 2000 o foco foi a Leitura; em 2003, Matemática; em 2006 Ciências; em 2009 Leitura, tendo o último (2012) sido realizado com o foco em Matemática. Além de ser um teste escolar, o PISA traz dados sociológicos sobre a origem social dos alunos, e como eles abordam a aprendizagem e as características de suas escolas.

A OCDE (2001), visando facilitar a interpretação das pontuações atribuídas aos alunos, projetou uma escala de literacia em leitura, que possui uma pontuação média de 500 pontos; Tendo dois terços dos estudantes de países membros da OCDE uma pontuação que varia entre 400 e 600 pontos de referência para a medição do desempenho.

As pontuações em cada escala representam graus de proficiência em um determinado aspecto da literacia em leitura. Sendo atribuído a cada aluno um dos cinco

níveis, com base na classificação obtida e, quanto mais alto for o nível (1 a 5), mais complexas são as atividades que esse aluno é capaz de realizar com sucesso.

There are easier and harder tasks for each of the three reading literacy scales and there is no hierarchical relationship between the three scales. Each of the three reading literacy scales is divided into five levels of knowledge and skills. Level 5 corresponds to a score of more than 625, Level 4 to scores in the range 553 to 624, Level 3 to scores from 481 to 552, Level 2 to scores from 408 to 480, and Level 1 to scores from 335 to 407 (OCDE, 2001, p. 35).

A literacia em leitura no PISA segundo a OCDE (2001) possui três aspectos que serviram como norte para construir os resultados da avaliação: o tipo de tarefa de leitura (competência pessoal do indivíduo); a forma e a estrutura do material de leitura (diversos tipos de texto, desde textos literários aos não literários) bem como a utilização para a qual o texto foi construído (seu contexto).

A tarefa de capacidade de leitura varia muito em termos de tipo de texto, a situação e as necessidades da tarefa, bem como dificuldade. A Figura 2 apresenta sistematicamente o que está a ser avaliado em cada uma das escalas de literacia de leitura, e as descrições que refletem as habilidades avaliadas por cada item. Estas descrições indicam a gama de processos exigidos dos estudantes e as proficiências que eles precisam demonstrar em vários pontos ao longo das escalas de literacia de leitura.

Retrieving information	Interpreting texts	Reflection and evaluation
What is being assessed on each of the reading literacy scales		
Retrieving information is defined as locating one or more pieces of information text	Interpreting texts is defined as constructing meaning and drawing inferences from one or more parts of a text.	Reflecting and evaluation is defined as relating a text one's experience, knowledge and ideas.
Characteristics of the tasks associated with increasing difficulty on each of the reading literacy scales:		
Task difficulty depends on the number of pieces of information that need to be located. Difficulty also depends on the number of conditions that must be met to locate the requested information, and on whether what is retrieved needs to be sequenced in a particular way. Difficulty also depends on the prominence of information, and the familiarity of the context. Other relevant characteristics are the complexity of the text, and the presence and strength of competing information.	Task difficulty depends on the type of interpretation required, with the easiest tasks requiring identifying the main idea in a text, more difficult tasks requiring understanding relationships that are part of the text, and the most difficult requiring either an understanding of the meaning of language in context, or analogical reasoning. Difficulty also depends on how explicitly the text provides the ideas or information the reader needs in order to complete the task; on how prominent the required information is; and on how much competing information is present. Finally, the length and complexity of the text and the familiarity of its content affect difficulty.	Task difficulty depends on the type of reflection required, with the easiest tasks requiring simple connections or explanations relating the text to external experience, and the more difficult requiring an hypothesis or evaluation. Difficulty also depends on the familiarity of the knowledge that must be drawn on from outside the text; on the complexity of the text; on the level of textual understanding demanded; and on how explicitly the reader is directed to relevant factors in both the task and the text.

Figura 2. Escalas de Literacia de Leitura

Nota Fonte: Organization for Economic Co-operation and Development (2001).

Portanto os índices obtidos através do PISA 2000 e do TIMSS 1996, revelavam grande debilidade, quer dos alunos, quer da população adulta e jovem adulta. Surgi então à necessidade de buscar iniciativas que pudessem modificar esse quadro, como é o caso da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) lançada em 1996, que atua em ambiente escolar com o objetivo de instalar e desenvolver bibliotecas em escolas públicas de todos os níveis de

ensino; do programa Itinerâncias do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB) lançado em 1997, tendo como objetivo segundo Balça e Souza (2012) criar e incentivar leitores de modo a combater o analfabetismo e os baixos níveis de leitura dos portugueses.

Além destes já anteriormente mencionados, foi implantado o Serviço de Apoio à Leitura (SAL), instituído em 2004, sendo este um guia de orientação direcionado aos mediadores (professores, bibliotecários e pais), auxiliando-os nas práticas de incentivo ao gosto pela leitura junto ao público infanto-juvenil.

Em Portugal essas ações designadas ao fomento das práticas de leitura e consolidação da necessidade de ler tem, como principal referência os Planos Nacionais de Leitura. Desde sempre o plano português conjugou-se a RBE (permite um acesso universal ao livro na escola, tornando-se um aliado natural, que através dos professores-bibliotecários) e ao Programa Itinerância.

Assim como os demais planos europeus, crê-se que o português foi influenciado por planos Americanos, visto que na Europa existem poucos Planos Nacionais de Leitura, com exceção de alguns países como, por exemplo, o da Espanha (Programa Nacional de Lectura y Escritura - PNLE) e o do Reino Unido (National Reading Campaign e a Skills for life – The national strategy for improving literacy and numeracy).

Embora não haja na maioria dos países da Europa Planos Nacionais de leitura, não podemos deixar de ressaltar a existência de ações ligada a Promoção da mesma, entendida por Neves, Lima e Borges como “uma área de intervenção específica, relativamente autónoma e em franco desenvolvimento, na qual se cruzam diversos sectores, especialmente o da Educação e o da Cultura. Tem vindo a alargar-se a outros sectores como o da Saúde e o Social” (2007, p. 9), podendo ser visualizado na Figura 3.



Figura 3. Setores relacionados com a Promoção da leitura
Nota Fonte: Práticas de Promoção da Leitura nos Países da OCDE (2007).

Neves, Lima e Borges, além disso, explicam cada um dos setores relacionados com a promoção da leitura da Figura 3 no fragmento que se segue,

No sector da Educação, a promoção da leitura surge de forma paralela e complementar ao sistema de ensino: prende-se essencialmente com o trabalho desenvolvido pelas bibliotecas escolares mas também com actividades desenvolvidas na sala de aula. No sector da Cultura, ela surge fortemente ligada ao trabalho desenvolvido pelas bibliotecas (públicas) e às políticas de alargamento do acesso aos diversos suportes de leitura. Relativamente ao sector da Saúde (recentemente envolvido), a promoção da leitura surge muitas vezes associada a acções de animação da leitura junto de hospitalizados de diversas idades (mas sobretudo crianças) e a acções de sensibilização dos pais para a importância de ler para os seus filhos desde muito cedo. No sector Social, a promoção da leitura surge associada a questões como a reinserção de reclusos, a integração de imigrantes e o apoio à terceira idade (2007, p. 10).

A maioria dos países cumpriu níveis de literacia considerados na ou acima da média estabelecida pela OCDE¹², não sendo necessária nestes países a criação de Planos Nacionais de Leitura como “medida supletiva” de incentivo à leitura para consolidar essa competência que na maioria das vezes têm seu início formal em instituições escolares.

De acordo com Santos e Gomes (2004, p. 173),

o domínio de competências de leitura, de escrita e de cálculo, que, na maior parte dos indivíduos, têm o seu início formal na escola: nas fases da escolarização, o ensino visa, sobretudo, dotar a criança de competências de descodificação, de codificação e de raciocínio, competências estas desenvolvidas no ato de ler, escrever e calcular, essenciais para se atingir o objetivo último da leitura, da escrita e do cálculo – aprender, compreender, transformar e lidar com a informação.

Através da Resolução do Conselho de Ministros (n.º 86/2006, de 12 de Julho) lançou-se o Plano Nacional de Leitura (PNL), constituindo-se em uma iniciativa do XVII Governo Constitucional, sob a alçada do Ministério da Educação e em articulação com o Ministério da Cultura.

Construindo assim como uma resposta institucional, este plano integra um processo de reconhecimento da importância da leitura para a formação socio-educativa do homem, almejando colocar Portugal próximo à média Europeia em níveis de leitura (literacia de leitura).

Após os resultados desses primeiros estudos internacionais (PISA 2000 e TIMSS 1996), o Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE) a partir de julho de 2006 realiza estudos com o intento de buscar um melhor entendimento sobre a temática da leitura em Portugal e quais deveriam ser os caminhos a se seguir para melhorar as competências neste âmbito, pois

pretende-se que o Plano Nacional de Leitura seja tecnicamente fundamentado por um conjunto de estudos que permitam operacionalizar metas a atingir, em cada fase, criar instrumentos de avaliação para verificar a respectiva consecução e avaliar a eficácia das diferentes acções lançadas no âmbito do Plano (nº 86/2006, p. 4856).

¹² Ver mais em Neves, J. S., Lima, M. J., & Borges, V. (2007). *Práticas da Leitura nos países da OCDE*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE). Acedido 04 jan. 2014 em http://www.oac.pt/pdfs/OAC_Promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20Leitura.pdf.

IV.1.2 PNLL brasileiro

No Brasil, após a divulgação dos resultados de estudos internacionais, como é o caso do PISA a partir do ano 2000 e, da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” de âmbito nacional iniciada em 2001, promovida pelas entidades fundadoras do Instituto Pró-Livro (IPL), (Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares [Abrelivros], Câmara Brasileira do Livro [CBL], Sindicato Nacional dos Editores de Livros [SNEL]), pode-se “extrair” dados concretos sobre a situação da leitura em território nacional, pois são encontradas “em avaliações nacionais e internacionais, dificuldades de leitura de jovens alunos, envolvendo os níveis de compreensão, interpretação e apropriação do conteúdo de textos de distintas naturezas (PNLL, p. 117)”.

Em âmbito nacional, este estudo tem por finalidade avaliar por meio de mapeamento o comportamento do leitor brasileiro, qual o papel da leitura na vida da população e procurando entender o seu perfil sociocultural. O seu objetivo central é “Medir intensidade, forma, motivação e condições de leitura da população brasileira” (IPL, 2012, p. 24), subsidiando estudos e promovendo debates sobre políticas públicas voltadas a melhoria dos indicadores de leitura e acesso ao livro no Brasil. Sendo, portanto,

uma resposta institucional à preocupação de especialistas de diferentes segmentos - das áreas de educação, cultura e produção e distribuição do livro - pelos níveis de leitura da população em geral e, em particular, dos jovens, significativamente inferiores à média dos países industrializados e em desenvolvimento (IPL, 2012, p. 14).

Ressaltamos que anteriormente a esse estudo, havia ações de promoção da leitura no país que contribuíram para a constituição do PNLL, tais como:

- **Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)** – Lançado através do Decreto nº 91.542 de 19/08/1985 e, institui o Programa Nacional do Livro Didático, versando sobre a distribuição universal e gratuita de livros didáticos¹³ e dicionários de língua portuguesa aos professores e alunos da educação básica.

¹³ Em Portugal usa-se a terminologia Manual para se referir ao livro que subsidia o trabalho pedagógico dos professores, já no Brasil adota-se o termo Livro Didático.

- **Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER)** - Difundido por meio do Decreto nº 519, com objetivo de incentivar o interesse nacional pela leitura e escrita, visavando criar uma cultura de leitura no País.
- **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)** – A Portaria n.º 584 de 28/04/1997 que instituiu o Programa Nacional Biblioteca da Escola, com a aquisição e distribuição de livro e teve também como foco a formação continuada de professores.

A seguir apresentamos resultados do Brasil no PISA desde 2000 até o último realizado, em 2012.

	Pisa 2000	Pisa 2003	Pisa 2006	Pisa 2009	Pisa 2012
Número de alunos participantes	4.893	4.452	9.295	20.127	18.589
Leitura	396	403	393	412	410
Matemática	334	356	370	386	391
Ciências	375	390	390	405	405

Figura 3. Resultados do Brasil no PISA desde 2000.

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP] (2011).

Os estudantes brasileiros fizeram em média 410 pontos em leitura no último PISA (2012), atingindo assim, apenas o nível 2 de aprendizagem. A taxa de analfabetismo da população, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)¹⁴ realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) citado no PNLL, apresenta que em 2009 a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, era de 9,7%, sendo estas consideradas incapazes de ler um bilhete simples.

Com a Lei nº 10 753, de 30 de outubro de 2003 que instituiu a Política Nacional do Livro (Lei do Livro – que garante o direito de acesso ao livro e, a todos os aspectos que envolvem o mesmo, desde a editoração até a sua distribuição), essa mobilização para

¹⁴ Ver mais detalhadamente em: *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores 2009*. (2009). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/comentarios2009.pdf>

consolidar as práticas de leitura, principalmente a ocorrida em 2005 com a Declaração de Santa Cruz da la Sierra (considerado o Ano Ibero-Americano da Leitura, que no Brasil assumiu-se o nome de VivaLeitura), resultou na instituição de instrumentos legais que passam a dar respaldo de forma mais efetiva, tanto direta como indiretamente as ações de fomento à leitura.

Essa sucessão de acontecimentos proporcionou o delineamento dos PL em países Ibero-americanos, ou seja, a elaboração de um Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), no Brasil.

O Governo da República Federativa do Brasil subscreveu a “Declaração de Santa Cruz de la Sierra”, durante a XIII Conferência Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo dos vinte e um países signatários da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e que é desejo do Governo da República Federativa do Brasil dar continuidade à mobilização em favor do fomento à leitura empreendida em 2005, durante o Ano Ibero-americano da Leitura – o Vivaleitura (PNLL, 2006, p. 97).

Aprovado por meio da Portaria Interministerial nº 1442, de 14 agosto de 2006. Foi uma iniciativa do Governo Federal em ação conjunta com Ministério da Cultura (MinC) e do Ministério da Educação (MEC), e sua implementação (art. 2º) “dar-se-á em regime de mútua cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, dela podendo participar sociedades empresariais e organizações da sociedade civil que manifestem interesse em aderir ao Plano”. Sendo este um plano que contempla um conjunto de políticas, projetos, programas, atividades e eventos ligados ao livro, à leitura, a literatura e a biblioteca, voltado para todo o território brasileiro (PNLL, 2006).

A junção de esforços do MinC e do MEC para ponderar o baixo índice da prática leitora e consequente obstáculo para o desenvolvimento no país, fez com que este plano tornasse possível, pelo fato de que se entende que na sociedade contemporânea a informação possa ser um meio para transformação sócio-cultural (Moraes, 2010).

IV.1.3 Encontros e Desencontros

Pode-se observar que nesses planos os indicadores do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) foram utilizados como dados de contexto, levando em

consideração que o desempenho apresentado por Portugal e Brasil corrobora a afirmação feita por Carvalho e Sousa de que é (2011, p. 112): “necessário formar leitores proficientes, capazes de usar, compreender e refletir sobre materiais escritos diversos em diferentes contextos, modos de apresentação e graus de dificuldade de forma autônoma e progressiva em ambos os países”.

Estes países tiveram resultados simplórios em competências de leitura no PISA. Estando aquém da média da OCDE, tendo Portugal melhor desempenho em relação ao Brasil. No qual apresentaram melhores resultados no ano de 2009. No PISA de 2009 a média do exame correspondeu a 493 pontos, tendo Portugal alcançado 489 (nível 3) e o Brasil 412 (nível 2), enquanto os 10 primeiros países a liderarem o ranking obtiveram em média 527 pontos (Carvalho & Sousa, 2011).

Notando-se uma melhora significativa nos resultados de Portugal no Pisa de 2002, 2006, 2009 e 2012. Em 2009 pode-se verificar que houve progresso, colocando então Portugal bem próximo à média Europeia.

Através do PISA (2000) foi constatado que são as crianças de meios sociais menos favorecidos que leem menos, tais resultados são preocupantes visto que um déficit leitor conduz o indivíduo a uma potencial exclusão social. É certo que as oportunidades sociais, educacionais e culturais não serão as mesmas nos estratos sociais mais baixos.

O PNL é relativamente recente em ambos e, decerto que foi motivado por preocupações relativas às competências de leitura e, a interpretação que os resultados desta avaliação ajudaram a criar. Estudos nacionais e internacionais contribuíram para a elaboração dos planos. Coincidentemente foram lançados no mesmo ano (2006), possuindo a articulação do Ministério da Cultura com o da Educação. Deixando nítida a premissa de que o problema de iliteracia envolve tanto aspectos educativos quanto culturais.

Notando-se ainda, que em ambos os Planos existem a preocupação com a formação sócio-educativa nestas duas nações. Essas medidas visam consolidar competências em leitura em um prazo determinado, consistindo em resposta institucional, ou seja, busca de solução governamental, para o problema de iliteracia, deixando sempre evidente a necessidade de formar um ser crítico.

Ambos os planos trazem em suas entrelinhas a ideia da leitura como fator social que não se limita aos espaços escolares. Para Berenblum (2006, p. 23) “pensar políticas de leitura extrapola o âmbito da escola- como *locus* e como função -, mas sem dúvida não pode prescindir dela”, alcançando uma dimensão que vai muito além da aprendizagem formal, influencia na vida social de cada indivíduo e que a concepção de leitura pode ser vista como,

prática social, pensada como uma prática que transcende o espaço escolar, ou seja, deve ser pensada não apenas para atender a atividades escolares, mas, acima de tudo, para promover a formação do indivíduo e a sua inserção social (Rocha, 2008, p. 28).

IV. 2 Estruturas

IV.2.1 PNL Português

O PNL tem a sua estrutura composta por:

Coordenação:

- I. Um comissário (a);
- II. Um representante do Ministério da Educação, com a função de comissário-adjunto, coordenador do Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE);
- III. Dois representantes do Ministério da Cultura, da Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB);
- IV. Um representante do Ministro dos Assuntos Parlamentares, do Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS) (Costa, 2011).

Sendo a coordenação do Plano composta da seguinte maneira:

- O Comissariado sediado no Ministério da Educação – Rede de Bibliotecas Escolares (RBE),
- O Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB) é o parceiro responsável pelos programas na área da Cultura.

- O Instituto de Comunicação Social (ICS) fica responsável como parceiro ligado a iniciativas na área da Comunicação Social.
- O Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (GIASE) que pertence ao Ministério da Educação coordena os Estudos incluindo a Avaliação do Plano.

Acompanhamento:

- A Comissão de Honra (constituída por personalidades convidadas para acompanhar, apreciar e apoiar a realização do Plano).
- O Conselho Científico (especialistas convidados para observar os estudos realizados).
- Os Escritores, ilustradores e outros criadores (que participam nas acções empreendidas pelo Plano).
- E os Parceiros, Mecenias, Patrocinadores (PNL, 2006).

O PNL conta ainda com um site, o Portal que tem como logomarca o termo Ler+, que é uma ferramenta de divulgação que promove o esclarecimento e a aproximação entre o plano e os “utilizadores” desse veículo de comunicação. Ao organizar a informação por áreas específicas facilita-se a localização e a consulta da informação por parte dos usuários desse recurso. Portanto, o mesmo foi arquitetado com orientações de leitura para cada idade e, com instrumentos metodológicos direccionados a educadores, professores, pais, bibliotecários, entre outros agentes promotores da leitura.

O PNL é um Plano pensado para dez anos, desdobrando-se em duas fases de execução. Cada uma dessas por um período de cinco anos:

1.ª Fase (2007 a 2011)

Os primeiros 5 anos foram sobretudo dedicados, ao pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico com programas específicos para cada um. Não que estes não tivessem dimensão que pudessem alcançar públicos que estavam fora dos muros da escola, mas incidia prioritariamente em ambiente escolar, sendo estes:

- **Programas de intervenção** da responsabilidade do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura;

- **Programas de formação** da responsabilidade do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura;
- **Estudos e modelos de avaliação;**
- **Campanha de comunicação** apoiada pelo Ministro dos Assuntos Parlamentares – Instituto de Comunicação Social;
- **Estruturas de coordenação e acompanhamento.**

2.ª Fase (a partir de 2012)

Na segunda fase do plano que teve início em 2012, o objetivo é manter as atividades e continuar a estimular e a participar, alargando ao secundário, com programas mais voltados a esse público. Por exemplo, o A ler +, Melhores leitores do Mundo (MLM), que são também desenvolvidos entre a RBE e o Plano.

Nesta nova etapa em que houve lugar à definição de novas metas, novos estudos, novos programas. Os instrumentos, entretanto criados, deverão permitir:

1. Traçar metas precisas para o desenvolvimento da literacia e dos hábitos de leitura nos vários níveis de escolaridade, a atingir em diferentes etapas da 2.ª Fase do Plano Nacional de Leitura;
2. Prosseguir estudos em curso e lançar novos estudos que permitam obter informação sobre domínios importantes para o aprofundamento das questões da leitura;
3. Redefinir os programas de intervenção e os programas de formação, tomando como referência as metas definidas pela investigação;
4. Identificar necessidades e programas de apoio dirigidos aos intervenientes;
5. Alargar e redireccionar as áreas de intervenção;
6. Mobilizar instituições e apoiar iniciativas novas que contribuam para desenvolver a leitura.

IV.2.2 PNLL Brasileiro

Entretanto, o PNLL no art. 2º da Portaria Interministerial nº 1442 (2006) deixa explícito que o Plano contará com os seguintes mecanismos colegiados em sua composição e para o seu gerenciamento:

I – Conselho Diretivo;

II- Coordenação Executiva;

III- Conselho Consultivo.

A estrutura do Conselho Diretivo de acordo com o Decreto nº 7.559/2011 é composta por:

- I. dois representantes do Ministério da Cultura;
- II. dois representantes do Ministério da Educação;
- III. um representante dos autores;
- IV. um representante dos editores de livros;
- V. um representante de especialistas em leitura.

Os membros do Conselho Diretivo e a Coordenação Executiva não receberam qualquer remuneração pelo desempenho de suas atividades.

Coordenação Executiva é formada por cinco membros, e terá como atribuições básicas responder pela execução do Plano, constando no art. 4º inciso 1, que terá representantes de indicados pelos seguintes órgãos:

I – Ministério da Cultura;

II – Ministério da Educação;

III – Fundação Biblioteca Nacional;

IV – entidades representativas dos bibliotecários que compõem a Câmara Setorial do Livro.

E o Conselho Consultivo será composto pelos membros da Câmara Setorial do Livro (CSL) e terá como finalidade assessorar o Conselho Diretivo e a Coordenação Executiva no exercício de suas competências.

Em sua etapa inicial, o Plano procurou compilar, sistematizar e divulgar as ações fomentadoras do livro e da leitura no Brasil, por meio Mapa de Ações. Oportunizando a ampliação da divulgação dos trabalhos em desenvolvimento. Detalharemos mais a questão do Mapa das Ações no item **IV.5 Ações**.

Enquanto o português foi instituído para ser implantado em 10 anos a contar de sua criação (2006), o brasileiro tem duração trienal, não sendo especificado a divisão em fases, entretanto estando ele no seu 3º ciclo de triênios (2006-2009, 2009-2012 e 2012-2015).

IV.3 Princípios

Os dois Planos são pautados em princípios para orientar as ações a serem implementadas no domínio da promoção da literacia, mas conforme o Plano português, o caminho é longo e complexo, sendo necessário para a aquisição de uma competência sólida no domínio da leitura, muitas atividades orientadas, prática constante na sala de aula, na biblioteca e em casa; bem como levar em consideração aspectos ligados a diversidade humana, idade, estágios de desenvolvimento e as características de cada grupo. E que os projetos devem ser flexíveis, não seguindo modelos engessados e únicos (PNL, 2006).

Nas entrelinhas do Plano português verifica-se que alguns preceitos enunciados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pela OCDE em discussões, fóruns, entre outros, também auxiliaram na definição de seus princípios. Por exemplo, na questão de projetos dirigidos a leitura em família, na formação de mediadores (professores, bibliotecários e demais agentes promotores de leitura) e disponibilidade de acesso ao livro.

Especificamente, parafraseando o PNL de Portugal (2006), o mesmo fundamenta-se nos seguintes princípios:

- Aquisição de uma competência sólida no domínio da leitura, sendo necessária não apenas a aprendizagem da decodificação do texto, mas sim uma prática constante de leitura na sala de aula, biblioteca e casa;
- Hábitos de leitura autônoma;
- Despertar práticas leitoras levando em consideração a diversidade humana;

- Possuir projetos de leitura flexíveis que compreenda a diversidade humana nos seus múltiplos percursos, rejeitando modelos únicos.

O Plano brasileiro assenta-se em alguns pressupostos básicos para marcar a sua posição conceitual em relação à leitura e ao livro a partir de discussões promovidas pela UNESCO. Assim, valoriza três fatores qualitativos e dois quantitativos (UNESCO citado em PNLL, 2006, p. 43), a saber:

Fatores qualitativos:

- a) O livro deve ocupar destaque no imaginário nacional, sendo dotado de forte poder simbólico e valorizado por amplas faixas da população;
- b) Devem existir famílias leitoras, cujos integrantes se interessem vivamente pelos livros e compartilhem práticas de leitura, de modo que as velhas e novas gerações se influenciem mutuamente e construam representações afetivas em torno da leitura;
- c) Deve haver escolas que saibam formar leitores, valendo-se de mediadores bem formados (professores, bibliotecários, mediadores de leitura) e de múltiplas estratégias e recursos para alcançar essa finalidade.

Fatores quantitativos:

- d) Deve ser garantido o acesso ao livro, com a disponibilidade de um número suficiente de bibliotecas e livrarias, entre outros aspectos;
- e) O preço do livro deve ser acessível a grandes contingentes de potenciais leitores (PNLL, 2010, p. 43).

Esses pressupostos levam à definição dos princípios que norteiam o PNLL estabelecido no Brasil, que aqui apresentamos por meio das categorias que se seguem:

Práticas sociais – entender a leitura e a escrita como dois lados de um mesmo fenômeno, sendo estas essencialmente práticas sociais e culturais.

Cidadania - apreender a leitura e a escrita como elementos fundamentais na construção de sociedades democráticas, auxiliando na formação do senso crítico do indivíduo, podendo este exercer seus direitos fundamentais, bem como a sua cidadania por meio de seus direitos e deveres.

Diversidade cultural – a leitura e a escrita são instrumentos cruciais que corroboram para o desenvolvimento do potencial humano, e que favorecem a todo o tipo de intercambio entre culturas, acabando por fortalecer a capacidade de expressão cultural de diversos povos, não deixando de considerar a sua diversidade humana.

Construção de sentidos – compreende a leitura como um processo complexo de produção de sentidos, enfocando uma concepção que suplanta o código da escrita alfabética, ou seja, de apenas executar atividades de decifrar caracteres, pois o indivíduo está propenso a variáveis diversas (de ordem social, psicológica, fisiológica, lingüística etc.). Configurando o ato de ler sob uma perspectiva criativa de construção de sentidos, realizada pelos leitores por meio de um texto criado por outro(s) sujeito(s).

O Verbal e o não verbal – considerar a validade de todos os códigos e linguagens (desde a expressa pela tradição oral às novas tecnologias), embora a palavra escrita tenha certa centralidade nesse plano.

Tecnologias e informação – atualmente a leitura deve dialogar com os mais variados tipos de tecnologias de gravação (suportes), incluindo o livro, devendo oportunizar aos leitores diversos tipos de leitura: da tradicional ao uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Defendendo uma perspectiva contemporânea do livro e da leitura, equilibrando os direitos de autor com os direitos de acesso. Abordando ainda questões de inclusão digital.

Biblioteca enquanto dínamo cultural – a biblioteca assume uma dimensão de polo disseminador de informação e cultura, educação continuada e núcleo de lazer e entretenimento.

Literatura – No contexto do PNLL a literatura merece atenção especial, devido a possibilidade de imensa contribuição na formação vertical do leitor.

EJA – a Educação de Jovens e Adultos (EJA) necessitam de condições favoráveis de letramento, por serem um público que iniciam sua trajetória como leitores tardiamente e, já possuem uma bagagem considerável (experiências no trabalho, família, cotidiano e vida afetiva) necessitam de uma atenção especial em relação a ações ligadas a leitura.

Necessidades especiais - a inclusão de pessoas com deficiências¹⁵ ou transtornos globais (Autismo, Síndrome de Asperger, Síndrome de Kanner e a Síndrome de Rett) é fundamental para PNLL, pois os consideram potenciais leitores.

Meios educativos - a produção e distribuição de meios educativos (livros, periódicos e demais materiais educativos) a fim de assegurar o acesso a bens culturais, produzidos e armazenados nas mais diversas linguagens e suportes.

Estado da questão – implementação de Políticas públicas ligadas ao livro e a leitura nas esferas municipal, estadual e nacional, pelo poder público e organizações da sociedade (igrejas, famílias, ONGs, e etc.) atentando ainda para o contexto internacional, em particular o iberoamericano, tendo como fundamento estudos, pesquisas e debates sobre a promoção da leitura.

Políticas públicas – buscar a articulação entre o fomento e a elaboração de Planos Estaduais e Municipais do Livro e leitura, devendo a consolidação de políticas e programas de fomento à leitura serem pensadas a curto, médio e longo prazos, enfatizando o seu caráter permanente.

Integração – É fundamental a máxima integração entre o Ministério da Cultura (Minc) e o Ministério da Educação (MEC), entre outros ministérios e agências públicas federais para que se possa dinamizar os esforços em prol da leitura e do livro no Brasil.

Autores, editores e livrarias - a política voltada para o livro e a leitura deve manter a perspectiva sistêmica, equilibrando o fator econômico (com preços compatíveis ao poder de compra da população), o direito a cidadania e a dimensão simbólica. Devendo contemplar também questões relativas aos direitos autorais, fomento de setor editorial e livreiro.

A leitura e o livro - O PNLL procura considerar dois aspectos de um mesmo processo: questões que envolvem a leitura e os problemas relativos à cadeia produtiva do livro, desde o papel do Estado à dinâmica de mercado.

¹⁵ De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2007), ratificada pelo Brasil por meio dos Decretos 186 de 2008 art. 1º “pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

Avaliação contínua – O Plano entende como necessário a existência de mecanismos contínuos de avaliação, visando mensurar a abrangência das ações e seus resultados, o que permite ajustes, adequações, remodelações e atualizações (PNLL, 2010).

Nessa direção, apresenta-se uma síntese desses princípios basilares que permeiam os Planos:

Princípios basilares do PNL e PNLL
A leitura é entendida como um bem essencial e alicerce da sociedade do conhecimento, vista como prioridade política.
A literacia é promovida visando auxiliar no desenvolvimento crítico dos indivíduos pertencentes à nação
A diversidade humana (cultural, social, física e intelectual) deve ser observada.
Idade e o estágio do desenvolvimento humano do indivíduo tem que ser levados em consideração
Para se construírem sentidos, é necessário transpor o paradigma da simples capacidade de decodificar códigos escritos.
Sendo importante que os programas e ações sejam avaliados constantemente.
A literacia (competência em Informação, letramento) e o aprendizado ao longo da vida como resultado da prática leitora.

Quadro 1: Síntese dos princípios (PNL e PNLL)

No PNL (2006) pode-se confirmar a assertiva que está no primeiro tópico da figura anterior, por meio da justificação que entende a leitura como um bem essencial, ou seja, é imprescindível dominá-la, o que auxilia no desenvolvimento cognitivo, crítico e no exercício de uma cidadania ativa e, mesmo no acesso à informação. A consciência de si e o do outro, tomar decisões, expressar-se e tantos outros domínios é encerrada como competência básica necessária no mundo contemporâneo, já no PNLL pode-se notar isto no fragmento onde a leitura e a escrita são compreendidas como,

- práticas sociais e culturais;
- instrumentos decisivos para que as pessoas possam desenvolver plenamente seu potencial humano;
- fundamentais para fortalecer a capacidade de expressão da diversidade cultural dos povos, favorecendo todo tipo de intercâmbio cultural

- requisitos indispensáveis para alcançar níveis educativos mais altos
- elementos fundamentais para a construção de sociedades democráticas, baseadas na diversidade, pluralidade e no exercício da cidadania
- como necessárias para o desenvolvimento social e econômico
- como um direito de todos; uma condição para poder exercer seus direitos fundamentais e para viver uma vida mais digna, na construção de uma sociedade mais justa (PNLL, 2006, p. 90).

Podendo este parágrafo ser entendido como um resumo dos Principios fundamentais do PNLL

O acesso ao livro e a outras formas de leitura – jornal, revista e Internet, por exemplo – deve ser assegurado a toda a nação brasileira. Independentemente de credo, raça, faixa etária, necessidade especial, escolaridade ou condição econômica, todo brasileiro, como ser humano que é, deve ter garantido seu direito inalienável à leitura – como meio de transmissão do conhecimento, entretenimento, de desenvolvimento pessoal e profissional e, portanto, de cidadania (2010, p. 127).

IV. 4 Objetivos

O objetivo central dos planos está ligado a aspectos relativos aos níveis de literacia, ou seja, competência em leitura, que se deseja alcançar nestes Países. Em Portugal o Plano apresenta como objetivo central buscar elevar os índices de literacia do povo português, já no Brasil visa assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro. No Quadro 2 pode-se visualizar os objetivos destes planos.

Objetivo Central	
PNL	PNLL
Elevar os níveis de literacia dos portugueses e colocar o país a par dos parceiros europeus.	Assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro a toda a sociedade, com base na compreensão de que a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis.

Quadro 2: Objetivo Central (PNL e PNLL)

No cotejo dos objetivos centrais dos dois planos pode-se perceber que a leitura assume um valor inquestionável, justificada como um instrumento indispensável na formação do cidadão, que se espera, por isso, seja entendida como uma prioridade nacional nos dois Países. Os PL elencam alguns objetivos específicos, podendo ser observados no Quadro 3.

Objetivos Específicos	
PNL	PNLL
<ul style="list-style-type: none"> • Promover a leitura, assumindo-a como factor de desenvolvimento individual e de progresso nacional • Criar um ambiente social favorável à leitura • Inventariar e valorizar práticas pedagógicas e outras actividades que estimulem o prazer de ler entre crianças, jovens e adultos; • Criar instrumentos que permitam definir metas cada vez mais precisas para o desenvolvimento da leitura • Enriquecer as competências dos actores sociais, desenvolvendo a acção de professores e de mediadores de leitura, formais e informais; • Consolidar e ampliar o papel da Rede de Bibliotecas Públicas e da Rede de Bibliotecas Escolares no desenvolvimento de hábitos de leitura; • Atingir resultados gradualmente mais favoráveis em estudos nacionais e internacionais de avaliação de literacia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Formar leitores, buscando, de maneira continuada, substantivo aumento do índice nacional de leitura (número de livros lidos por habitante/ano) em todas as faixas etárias e do nível qualitativo das leituras realizadas; • Implantação, modernização e qualificação de acervos, equipamentos e instalações de bibliotecas de acesso público; o nos municípios brasileiros; • Fomentar a formação de mediadores e agentes de leitura; • Incentivar programas de bolsas de criação, formação, intercâmbio, pesquisa e residências literárias; • Realização bienal de pesquisa nacional sobre leitura; • Implementação e fomento de núcleos voltados a pesquisas, estudos e indicadores nas áreas da leitura e do livro em universidades e outros centros; • Concessão de prêmio anual de reconhecimento a projetos e ações de fomento e estímulo às práticas sociais de leitura; • Expansão permanente do número de salas de leitura e ambientes diversificados voltados à leitura; • Identificação e cadastro contínuos das ações de fomento à leitura em curso no país; • Identificação e cadastro contínuos dos pontos de vendas de livros e outros materiais impressos não periódicos; • Elevação significativa do índice de empréstimos de livro em biblioteca (sobre o total de livros lidos no país); • Aumento do número de títulos editados e exemplares impressos no país; • Elevação do número de livrarias do país; • Aumento da exportação de livros; expansão do número de autores brasileiros traduzidos no exterior; • Aumento do índice per capita de livros não-didáticos adquiridos; ampliação do índice de pessoas acima de 14 anos, com o hábito de leitura que possuam ao menos 10 livros em casa; • Estimular continuamente a criação de planos estaduais e municipais de leitura; • Apoiar o debate e a utilização de copyrights não

	restritivos (copyleft e creative commons), equilibrando direito de autor com direitos de acesso à cultura escrita; • Assegurar o acesso a pessoas com deficiência, conforme determinações da legislação brasileira e dos imperativos conceituais e objetivos expressos no amplo direito à leitura para todos os brasileiros contidos neste plano.
--	--

Quadro 3. Objetivos dos Planos Nacionais de Leitura de Portugal e do Brasil

Nota Fonte: LER+. *Plano nacional de leitura*. Objectivos/Estratégias.

Nota Fonte: PNLL: Textos e história.

O Plano Português, traz a seção Objetivos conjugado com as Estratégias em seu título (Objetivos/Estratégias), embora tenha bem delimitado os objetivos específicos e quais são as suas linhas de estratégias¹⁶ em itens independentes. Podendo ilustrar essa afirmação por meio dos Quadros 3 e 4.

No entanto, no Plano Brasileiro os objetivos específicos vem acompanhado das metas, estando concentrados em um único capítulo¹⁷ de forma conjunta, não tendo como dissociá-los. A exemplo disso tem-se a frase onde retrata que “são estabelecidos aqui alguns objetivos que devem ser alcançados no curto, médio e longo prazos (PNLL, 2010, p. 49).

Os PL partilham do objetivo de formar leitores, mais precisamente com o intento de atingir índices mais favoráveis em literacia, o que leva a indagar: os Países estão preocupados, de fato, com a formação dos leitores por que entendem a importância da leitura para os indivíduos na perspectiva já enunciada nesta pesquisa ou para melhorar os índices devido a competitividades existentes entre as nações?

O PNL indica a necessidade de “atingir resultados gradualmente mais favoráveis em estudos nacionais e internacionais de avaliação de literacia”; e no PNLL pretende-se “formar leitores, buscando, de maneira continuada, substantivo aumento do índice nacional de leitura (número de livros lidos por habitante/ano) em todas as faixas etárias e do nível qualitativo das leituras realizadas”.

Ainda com relação aos objetivos, no plano português busca-se “inventariar e valorizar práticas pedagógicas e outras actividades que estimulem o prazer de ler entre

¹⁶ As linhas de estratégias foram abordadas nesta dissertação no tópico Ações, separadas dos objetivos específicos do PNL.

¹⁷ Capítulo 4 do PNLL, Objetivos e Metas (p. 49-50).

crianças, jovens e adultos,” e no brasileiro preceve-se a “identificação e cadastro contínuo das ações de fomento à leitura em curso no país”, portanto ambos tem uma preocupação em monitorar as atividades relacionadas aos planos.

Já as diferenças podem-se notar, a começar pela nomenclatura adotada por cada plano: no brasileiro, insere-se a palavra “livro” (Plano Nacional do Livro e Leitura), inexistente no português (Plano Nacional de Leitura), não se podendo concluir que exista lacuna quanto a referências aos livros ou que este esteja sendo menosprezado no PNL (Silveira, 2010).

A participação de dois representantes da Câmara Brasileira do Livro (sendo uma cadeira para os autores e outra para os editores) no Conselho Diretivo do Plano Brasileiro, talvez tenha influenciado nesta particularidade, o que já não ocorre de forma similar no Plano português. Entretanto, a “figura” do livro pode ser identificada em diversos trechos do PNL, como a elaboração de programas (ou rubricas) centrados no livro e na leitura a exemplo disso temos os seguintes programas: “Está na hora dos livros”; “Quanto mais livros melhor” e “Um livro, um amigo de palavra”.

Verifica-se essa ênfase ao livro no PNLL nos objetivos específicos a seguir:

Aumento do número de títulos editados e exemplares impressos no país;
Elevação do número de livrarias do país;

Aumento da exportação de livros; expansão do número de autores brasileiros traduzidos no exterior;

Aumento do índice per capita de livros não-didáticos adquiridos; ampliação do índice de pessoas acima de 14 anos, com o hábito de leitura que possuam ao menos 10 livros em casa (2006, p. 50).

Os Planos Nacionais de Leitura (PNL e PNLL) prescrevem ações, tais como: estimular, promover, criar iniciativas, as quais devem ser apropriadas pelas escolas, e serem incorporadas pelas práticas docentes e bibliotecárias. Neste estudo não objetivamos saber se essas prescrições de fato estão sendo vividas de maneira a intervirem nas sociedades brasileira e portuguesa, alterando os modos de viver desde a primeira infância e, conseqüentemente, melhorando a qualidade de vida dos brasileiros e portugueses continuamente.

IV.5 Ações

As ações propostas pelos planos estão diretamente vinculadas com os objetivos, pois se deseja alcançar essas finalidades num determinado período de tempo. Portanto estas ações são a sistematização dos objetivos estabelecidos pelos planos.

Em cada um destes utiliza-se um termo específico para indicar o caminho ou mesmo as ações a serem seguidas para alcançar os seus objetivos. O Plano português utiliza a nomenclatura Linhas de Estratégia, já o brasileiro a terminologia Eixos de Ação. Empregaremos o termo Ação, entendendo que o mesmo é equivalente aos anteriores. Podendo estas ações serem visualizadas no quadro 4.

Ações	
PNL	PNLL
Alargar e diversificar as ações promotoras de leitura em contexto escolar, na família e em outros contextos sociais	Democratização do acesso
<ul style="list-style-type: none"> • Lançar programas de promoção da leitura para os diferentes sectores dos públicos-alvo; • Estimular nas crianças e nos jovens o prazer de ler, intensificando o contacto com o livro e a leitura na escola, designadamente nas salas de aula, nas bibliotecas e na família; • Criar oportunidades de leitura para as crianças, os jovens e os adultos que requerem meios especiais de leitura; • Reforçar a promoção da leitura em espaços convencionais de leitura, designadamente nas bibliotecas públicas; • Criar oportunidades de leitura e contacto com os livros em espaços não convencionais de leitura. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de novas bibliotecas contemplando os requisitos de acessibilidade; • Fortalecimento da rede atual de bibliotecas de acesso público integradas à comunidade, contemplando os requisitos de acessibilidade; • Criação de novos espaços de leitura; • Distribuição de livros gratuitos que contemplem as especificidades dos neoleitores jovens e adultos, em diversos formatos acessíveis; • Melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura; e • Disponibilização e uso de tecnologias de informação e comunicação, contemplando os requisitos de acessibilidade.
Contribuir para criar um ambiente social favorável à leitura	Fomento à leitura e à formação de mediadores
<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar informação, alargar o conhecimento e o debate públicos sobre as questões da leitura e da literacia; • Mobilizar a comunidade literária, a comunidade científica e os órgãos de comunicação para a questão da leitura e para os objectivos do Plano; • Reforçar a cooperação e a conjugação de esforços entre a escola, a família, as bibliotecas e outras organizações sociais; • Valorizar, tornar visível e apoiar o esforço de profissionais e instituições com intervenção na área da leitura; • Estabelecer parcerias e procurar desenvolver ações concertadas, mobilizando entidades públicas e privadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de atividades de reconhecimento de ações de incentivo e fomento à leitura; • Formação de mediadores de leitura e de educadores leitores; • Projetos sociais de leitura; • Estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura; • Sistemas de informação nas áreas de biblioteca, bibliografia e mercado editorial; e • Prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura.

Assegurar formação e instrumentos de apoio	Valorização institucional da leitura e de seu valor simbólico
<ul style="list-style-type: none"> • Definir parâmetros para a formação de educadores, professores e mediadores de leitura, de acordo com os princípios do Plano Nacional de Leitura; • Facultar instrumentos, conteúdos e metodologias orientadores da formação de professores e mediadores de leitura; • Disponibilizar orientação e apoio directo e on-line a práticas promotoras de leitura na escola, na biblioteca escolar, na família, na biblioteca pública e noutros contextos culturais; • Mobilizar instituições de formação para ampliarem a oferta na área da leitura • Coordenar e divulgar acções de formação para mediadores de leitura, organizadas por diferentes instituições. 	<ul style="list-style-type: none"> • Acções para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política de Estado; e • Acções para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura.
Inventariar e otimizar recursos e competências	Fomento à cadeia criativa e à cadeia produtiva do livro
<ul style="list-style-type: none"> • Inventariar, descrever e divulgar programas, iniciativas e experiências que têm contribuído para criar hábitos de leitura; • Ter em conta os resultados da experiência nacional e as experiências de outros países na organização de novas iniciativas; • Proporcionar às escolas livros e outros recursos de informação; • Recorrer às novas tecnologias de comunicação para promover o acesso ao livro, estimular a diversificação das actividades de leitura e a informação sobre livros e autores; • Angariar e otimizar financiamentos e co-financiamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento da cadeia produtiva do livro; • Fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura; • Apoio à cadeia criativa do livro e incentivo à leitura literária; • Fomento às acções de produção, distribuição e circulação de livros e outros materiais de leitura, contemplando as especificidades dos neoleitores jovens e adultos e os diversos formatos acessíveis; e • Maior presença da produção nacional literária, científica e cultural no exterior.
Criar e manter um sistema de informação e avaliação	
<ul style="list-style-type: none"> • Inventariar e divulgar os resultados de investigação já realizada e as iniciativas bem-sucedidas, tanto em Portugal como noutros países; • Disponibilizar informação actualizada sobre literacia e hábitos de leitura dos portugueses; • Criar modelos de avaliação que permitam efectuar balanços de situação; • Criar instrumentos de avaliação utilizáveis em contexto escolar que permitam aos docentes dos vários níveis de escolaridade monitorizar o desenvolvimento da leitura e da escrita dos seus alunos; • Avaliar políticas e acções a desenvolver no âmbito do Plano Nacional de Leitura. 	

Quadro 4. Objetivos dos Planos Nacionais de Leitura de Portugal e do Brasil

Nota Fonte: LER+. *Plano nacional de leitura*. Objectivos/Estratégias.

Nota Fonte: PNLL: Textos e história.

O PNL é composto por projetos, iniciativas e atividades a serem realizadas, visando garantir um diálogo entre os programas e as entidades envolvidas: escolas, bibliotecas, sociedade civil entre outras. Desdobrando-se em cinco linhas centrais de estratégia, compostas por cinco itens cada uma.

E o PNLL é composto por projetos de fomento à leitura; de iniciativa governamental, da sociedade civil e de comunidades; inscritos em um “Mapa de Ações” de promoção à leitura. Sendo composto por quatro eixos de ação, que por sua vez são divididos em vinte linhas de ação e/ou subeixos, que denotam as diretrizes básicas do Plano.

Esse mapeamento visa evidenciar as mais diversas possibilidades de se desenvolver estratégias que coloquem o livro como eixo da formação cultural de crianças e jovens. O que “possibilita o intercâmbio de informações entre as ações similares, potencializa recursos públicos e privados e amplia a repercussão dos trabalhos em desenvolvimento” (PNLL, 2006, p. 249).

O PNLL apresentou em 2010 mais de 800 projetos e programas (realizados ou em execução) em seu Mapa de ações, como nos mostra o quadro abaixo:

Eixo 1. Democratização do Acesso:	264 ações
Eixo 2. Fomento à Leitura e à Formação:	218 ações
Eixo 3. Valorização da Leitura e da Comunicação:	57 ações
Eixo 4. Apoio à Economia do Livro:	49 ações
Calendário de Eventos:	244 ações
Total de Ações:	832 projetos e ações

Quadro 5. Mapa das Ações do PNLL

Nota Fonte: PNLL : textos e história (2010, p. 250)

A primeira linha de ação do Plano português difere do brasileiro, pois este almeja a promoção de projetos de implantação de bibliotecas, criação de novos espaços de leitura, fortalecimento da rede atual e a distribuição gratuita de livros. Já aquele anseia por

diversificar ações de promoção da leitura, para que possa contemplar todos os contextos, desde os escolares aos sociais.

Assemelham-se na necessidade de constante formação de professores, bibliotecários, encarregados de educação e outros mediadores como promotores de leitura em escolas, bibliotecas e comunidades.

As práticas sociais da leitura permeiam os dois planos, assim como a importância desta para a formação do cidadão, sendo então assumida como prioridade política nestas nações.

O quarto eixo do PNLL é a principal diferença entre as ações dos Planos. Este eixo é dedicado ao fomento à cadeia criativa e produtiva do livro, enfocando sua distribuição, circulação e consumo. Dando-se conta de que um dos problemas ligados à leitura no Brasil seria o fato do grande contingente populacional e o reduzido número de gráficas, editoras, distribuidoras e livrarias (cerca de 3.000, no Brasil em 2010) para a edição¹⁸ de livros, intuindo essa assertiva dos segmentos: “Linhas de financiamento para gráficas, editoras, distribuidoras e livrarias e para a edição de livros. (. . .) Política para fomentar a abertura de livrarias e apoiar as existentes” (PNLL, 2010, p. 55). Contudo a “Economia do Livro” não é problemática identificada no Plano português como uma de suas linhas de estratégia.

IV.6 Áreas de Intervenção

Para compreender melhor as ações desenvolvidas pelos PL nos segmentos de ensino básico, torna-se necessário perceber quais os programas e projetos desenvolvidos em cada ciclo de escolaridade em Portugal e no Brasil.

IV.5.1 Escolaridade Básica em Portugal

Em 1986 com a criação da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), que foi alterada pelas Leis n.º 115/97 (19 de Setembro), 49/2005 (30 de Agosto), e 85/2009, (27 de Agosto). Estabeleceu-se na década de 86, nos seus artigos 6.º a 8.º que o ensino básico é universal e

¹⁸ Ver mais em: <https://autoreselivros.wordpress.com/tag/mercado-editorial/>

gratuito, sendo obrigatória a frequência para as crianças entre os 6 e os 15 anos de idade, dividindo-se o ensino básico em três ciclos.

Níveis de Escolaridade Básica em Portugal¹⁹

1º Ciclo - 1.º - 4.º (6-10 anos): regime de monodocência, compreendendo quatro anos de escolaridade.

2º Ciclo - 5.º - 6.º (10-12 anos): organizado por disciplinas – um ou vários docentes.

3º Ciclo - 7.º - 9.º (12-15 anos): conjunto de disciplinas, e cada uma destas a cargo de um professor, integrando também, áreas vocacionais.

Portanto, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 86 (2006, p. 4856) tem-se as áreas de intervenção do PNL:

- **Promoção da leitura diária em Jardins-de-infância e Escolas de 1º e 2º Ciclos nas salas de aula;**

- * Jardim-de- infância - Está na hora dos Livros

- * Escolas 1º ciclo - Está na Hora da Leitura

- * Escolas 2º ciclo - Quanto mais livros melhor.

- **Promoção da leitura em contexto familiar;**

- * Famílias (c/ crianças no Jardim de Infância e no 1º e 2º ano) - Leitura a Par

- * Famílias (c/ crianças entre o 3º o 6º ano) Tempos livres - Há sempre tempo para Ler.

- **Promoção da leitura em bibliotecas públicas e noutros contextos sociais;**

- * Crianças dos 0 aos 6 anos Pais - Ler antes de ler

- * Crianças dos 6 aos 10 anos - Já sei ler

- * Crianças dos 10 aos 12 anos - A conquista do leitor

- * Jovens dos 13 aos 18 anos - Ler é um desporto

- * Adultos, jovens universitários jovens sem hábitos de leitura - Um livro, um amigo de palavra.

¹⁹ Apartir de 2013 a escolaridade obrigatória passou a ser de 12 anos, estendida então até o 12º ano.

- O recurso aos meios de comunicação social e a campanhas para sensibilização da opinião pública;
- A produção de programas centrados no livro e na leitura a emitir pela rádio e pela televisão;
- O apoio a *blogs* e *chat-rooms* sobre livros e leitura para crianças, jovens e adultos (PNL, Relatório Síntese, 2006, pp. 1-2).

Ainda no âmbito do Projeto de Promoção de Leitura em Família, em 2007-2008 o Plano lançou outra proposta para a educação Pré-Escolar pública e privada: A leitura em vai e vem (os alunos levam para a casa todas as semanas livros, com objetivo de envolver a família nesse processo), diferente do Está na hora dos livros (que é uma atividade desenvolvida em sala de aula).

E no **1º ciclo, fora** do ambiente escolar, tem-se o projeto Ler+ dá Saúde, que decorre em Centros de saúde e Hospitais, destinando-se a promover a leitura em família. É uma parceria entre o PNL, a Associação dos Médicos de Clínica Geral e a Sociedade Portuguesa de Pediatria. Esse programa acaba por ter outro impacto nas famílias socialmente desfavorecidas que muitas vezes não tem acesso a livros ou não sabem que podem frequentar bibliotecas públicas, possibilitando assim que estes indivíduos possam ter acesso ao livro e a leitura em um ambiente mais comum esse público.

IV.6.2 Escolaridade Básica no Brasil

No Brasil, o ensino está estruturado por meios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que regulamenta e organiza os níveis e modalidades de ensino no país. Estabelecendo que a educação é um direito de todo, tendo como desígnio formar cidadãos críticos com o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. A LDB (9.394/96) em seu art. 21 delibera que a educação escolar no Brasil compõe-se de: “I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e II - educação superior.” Sendo esta legislação brasileira muito parecida com portuguesa (46/86) no que tange ao art. 4º, cap. 2 onde define que “3 – A educação escolar compreende os ensinos básico, secundário e superior, integra modalidades especiais

e inclui actividades de ocupação de tempos livres". No art. 22 a LDB aponta qual é a finalidade da educação básica: "desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores".

O documento PNLL: Textos e história, não retrata especificamente o público alvo ou área de intervenção. Porém, menciona que Educação de Jovens e Adultos (EJA) e pessoas com Necessidades Especiais devem ter especial atenção em relação a ações ligadas a leitura. Deixando implícito na citação já referida na página 40 desta dissertação, que o acesso ao livro e a leitura é assegurado a toda a nação brasileira, sem nenhuma distinção.

O Plano possui Abrangência "Municipal, apresentam-se ações cuja influência/atuação está circunscrita pelos limites da municipalidade; Estadual, se a ação envolve duas ou mais cidades do mesmo estado; Nacional, caso o projeto, programa ou outro tipo de iniciativa se volte para dois ou mais estados brasileiros; e por fim, a Abrangência Internacional, se a ação ultrapassa nossas fronteiras". Alguns exemplos:

Programa "Mala do Livro" ²⁰ - público alvo: crianças, adolescentes, adultos e idosos.

Projeto "Minibiblioteca" ²¹ - público alvo: professores e alunos de escolas públicas na zona rural, filhos de pequenos agricultores, e outros segmentos ligados à produção agropecuária e de alimentos.

Projeto "Edição de Literatura Indígena" ²² - público alvo: estudantes e professores indígenas, pesquisadores, estudantes e professores não indígenas e público em geral.

²⁰ Ver mais em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=8&ved=0CGQQFjAH&url=http%3A%2F%2Fwww.bibliotecaviva.org.br%2Fadm%2FFileManager%2Fckeditor%2Farquivos%2F113.pps&ei=h15LU5OUNvGk0gGlylBI&usg=AFQjCNE05OEGvH0oyKlf1aKhS32JOw2PpQ&sig2=5Leg3l7jSAJiWRMc5eNxNg>

²¹ Ver mais em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&ved=0CFYQFjAF&url=http%3A%2F%2Fwww.bibliotecaviva.org.br%2Fadm%2FFileManager%2Fckeditor%2Farquivos%2F116.pps&ei=h15LU5OUNvGk0gGlylBI&usg=AFQjCNGFe1ALCZZTOaji9mDTVxutla_c4A&sig2=euG9c2Y4_BGj4XjZFqbB9Q

²² Ver mais em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=7&ved=0CF0QFjAG&url=http%3A%2F%2Fwww.bibliotecaviva.org.br%2Fadm%2FFileManager%2Fckeditor%2Farquivos%2F102.pps&ei=h15LU5OUNvGk0gGlylBI&usg=AFQjCNGzaWayGUD1jZkNMfGXCT8tMTOoMA&sig2=e8TPufJG6AI1ZwUMvMIWpQ>

CONCLUSÃO

As transformações advindas das revoluções industriais e das transformações ocorridas na sociedade que está em constante desenvolvimento, ocasionou na necessidade de modificações nas políticas educativas de ensino, no intuito de melhor adequar o indivíduo as necessidades do mercado, sendo de suma importância as relações sociais no processo de desenvolvimento local.

Tendendo a valorizar o papel da escola e dos sistemas de ensino como ferramentas pra ajudar a manter a coesão social, já que é função educativa preservar e reproduzir a própria sociedade (Justino, 2009). Tendo em conta tais fatos, é vital que a escola enquanto instituição cumpra o seu papel de conduzir os seus alunos para um percurso motivador e entusiasta.

O indivíduo que desenvolve as práticas de leitura pode ampliar seu conhecimento e saber se posicionar criticamente frente ao texto lido, especialmente, frente à sociedade. A revisão de literatura realizada para fins desta dissertação proporciona observar o consenso entre os autores no que diz respeito à contribuição do ato de ler para o desenvolvimento crítico do indivíduo, tornando-o um leitor proficiente, que agrega valor ao conhecimento adquirido. O ato de ler está diretamente ligado ao de aprender, são ações indissociáveis, que se interferem reciprocamente.

A escola aparece como um ambiente propício para o desenvolvimento do ato de ler. Sabe-se que alfabetizar é um processo que tem o objetivo de iniciar o aluno no conhecimento da leitura e da escrita, e cabe ao professor, à escola e a família a responsabilidade de garantir a criança o domínio da prática de leitura.

A investigação buscou discutir a necessidade de políticas específicas de leitura que agreguem valor ao processo de ensino aprendizagem, fomentando o desenvolvimento das práticas de leitura em Portugal e no Brasil.

Quanto aos objetivos específicos do nosso estudo foram: Caracterizar comparativamente os históricos, as estruturas, os princípios, os objetivos, o conjunto de ações e áreas de intervenção estabelecidas nos PL português e brasileiro. Neste estudo foram apresentadas considerações acerca dos resultados obtidos evidenciando o que há de

semelhante e as diferenças entre os Planos de Leitura. Com esta pesquisa, não conseguimos responder a todas as indagações referentes a habilidades de leitura, nem é suposto que consigamos responder a todas, pois o campo é bem vasto.

Restringimo-nos a responder a problemática levantada, debruçando-nos sobre dois documentos oficiais de programas de âmbito nacional de fomento à leitura, para analisar comparativamente os Planos Nacionais de Leitura estabelecidos em Portugal e no Brasil.

Provavelmente possa ser cedo ainda para que se atribua a esses resultados, como bons ou maus, a efeitos dos PL, porém ajudou-nos a observar mudanças ocorridas em competências de literacia nesses países. Por isso, parece-nos que a análise da evolução dos resultados do PISA só poderá ser um dado de contexto, para ilustrar que pós a implementação destes Planos de Leitura houve uma alteração nos níveis de literacia aferido pelos indicadores do PISA.

Podendo estes planos serem entendidos como medidas tomadas objetivando melhorar a qualidade do ensino de seus países e reduzir a taxa de indivíduos com baixos índices de literacia.

Os PL partilham da concepção de que a leitura é um bem essencial e alicerce da sociedade do conhecimento, vista como prioridade política, com objetivo de formar leitores. Sendo a consolidação da literacia em leitura importante para o desenvolvimento crítico dos indivíduos, não podendo deixar de levar em consideração a diversidade humana (cultural, social, física e intelectual).

A formação continuada de professores, bibliotecários e agentes mediadores de leitura; a promoção de ambientes ricos em literacia (casa, trabalho, igreja, dentre outros) podem ser tentativas de encontrar uma saída para o problema.

Estando a leitura presente em todos os aspectos de nossa vida. A não consolidação de habilidades de leitura, pode refletir tanto no nosso aproveitamento escolar quanto no profissional, ou seja, em todas as áreas de nossa vida, privando-nos de exercer nossa cidadania de form plena.

REFERÊNCIAS

- Akkari, A. J. (2001). Desigualdades educativas estruturais no Brasil: Entre estado, privatização e descentralização. *Educação & Sociedade*, 22(74).
- Balça, A., & Souza, R. J. (2012 setembro/dezembro). Políticas públicas de leitura em Portugal e Brasil: Novos caminhos, velhos problemas. *Educação*, 35(3), p. 371-379.
- Bardin, L. (1977). *L'analyse de contenu*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Barreto, A. de A. (1996). *A eficiência técnica e econômica e a viabilidade de produtos e serviços de informação*. Rio de Janeiro. Acedido a 21 ago. 2013 em <http://www.alternex.com.br/~aldoibct/avaliaao.htm>.
- Batista, S. (2012). *A relação escola-comunidade: Políticas e práticas*. Lisboa: Projeto ESCXEL, CESNOVA.
- Behrens, S. J. (1994). A conceptual analysis and historical overview of information literacy. *College & Research Libraries*, 55(4), pp. 309-322.
- Benavente, A. (coord.), Rosa, A., Costa, A. F., & Ávila, P. (1996). *A Literacia em Portugal: Resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*. Conselho Nacional de Educação: Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.
- Brasil, Ministério da Cultura e Ministério da Educação (2010). PNLL: textos e história / José Castilho Marques Neto (org.). São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 340p. Acedido a 02 set 2013 em http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/biblioteca/arquivos/plano_nacional_livro_leitura__textos_historias_.pdf
- Campello, B. (2003). O movimento da competência informacional: Um a perspectiva para o letramento informacional. *Ciência da Informação*, 32(3), pp 28-37. Acedido a 20 jul. 2013 em <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/26/22>.
- Carneiro, R. (2011). *Fundamentos da Educação e da aprendizagem: 21 ensaios para o século 21*. Vila nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

- Carvalho, C., & Sousa, O. C. (2011). Literacia e ensino da compreensão na leitura. *Interacções*, 19, pp. 109-126. Acedido a 19 mar. 2014 em <http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/viewFile/473/427>.
- CERLALC & OEI. (2004). *Agenda de políticas públicas de lectura*. Colômbia.
- Chartier, R. (1998). *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP.
- Chartier, R. (2002). *A história cultural: Entre práticas e representações*. Traduzido por Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Lisboa: Difusão Editora S.A.
- Chartier, R. (2003). *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP.
- Chartier, R. (2009). *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica.
- DataAngel Policy Research Incorporated (2009). *A Dimensão Económica da Literacia em Portugal: Uma análise*. Lisboa: GEPE
- Declaración De Santa Cruz De La Sierra (2003, noviembre). La inclusión social, motor del desarrollo de la Comunidad Iberoamericana. *Cumbre iberoamericana de jefes de estado y de gobierno*. Santa cruz de la sierra, 13.
- Decreto nº 7.559, de 01 de setembro de 2011 (2011). Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências. Presidência da República do Brasil, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF.
- Delors, J. et al (2001). *Educação um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez/Unesco.
- Dionísio, M. L. (2000). *A Construção Escolar de Comunidade de Leitores. Leituras do Manual de Português*. Coimbra: Livraria Almedina.
- D'Hainaut, L. (1980). *Educação: Dos fins aos objectivos*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Dudziak, E. A., Gabriel, M. A., & Villela, M. C. E. (2000). A educação de usuários de bibliotecas universitárias frente à sociedade do conhecimento e sua inserção nos novos paradigmas educacionais. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 11, 2000. *Anais...* Florianópolis: UFSC, Biblioteca Universitária.
- Dudziak, E. A. (2003 janeiro/abril). Information literacy: princípios, filosofia e prática. *Revista Ciência de Informação*, 32(1), pp. 1-21.

- Duran, G. R. (2009, julho a dezembro). As concepções de leitura e a produção do sentido no texto. *Revista Prolíngua*, 2(2). Acedido a 25 ago. 2013 em <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/prolingua/article/view/13427/7623>.
- Favaro, C. M. (2009). *A constituição de sujeitos leitores no ensino fundamental: Práticas virtuais e escolares* (Dissertação de Mestrado). Universidade Metodista de Piracicaba – SP. Acedido 31 mai. 2013 em <https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/BONSHPCBLCMV.pdf>.
- Gil, A. C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- Guile, D. (2008). O que distingue a economia do conhecimento? Implicações para a educação. *Cadernos de Pesquisa*, 38, pp. 611-636.
- Hatschbach, M. H. L. (2002). *Tutoriais de competência em informação*. Brasil: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).
- Higounet, C. (2003). *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP]. (2011). Marcos referenciais. Acedido 06 jan. 2014 em http://portal.inep.gov.br/internacional-novo-pisa-marcos_referenciais.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP]. (2012). *Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa): Resultados Nacionais - Pisa 2009*. Acedido 05 jan. 2014 em http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/documentos/2012/relatorio_nacional_pisa_2009.pdf.
- Instituto Pró-livro (Coord.). (2012). Retratos do Brasil: II Seminário nacional. Acedido 26 jan. 2014 em http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/2834_10.pdf.
- Justino, D. (2009). *Origens sociais, expectativas, oportunidades e desempenho escolar em Portugal: Contribuição para um modelo de análise das desigualdades educativas*. Lisboa, CESNOVA.
- Justino, D. (2010). *Difícil é Educá-los*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

- Justino, D. (2012). Insucesso escolar: Remediar ou prevenir? In J. M. Alves & L. Moreira (orgs.), *Projecto Fénix: As Artes do Voo e as Ciências da Navegação*, pp. 59-65. Porto: Universidade Católica.
- Lajolo, M. (1993). *Do mundo da leitura para a leitura de mundo*. São Paulo: Ática.
- Leffa, V. (1999). Perspectivas no estudo da leitura: Texto, leitor e interação social. In: V. Leffa e A. Pereira. *O ensino de leitura e produção: Alternativas de renovação*. Pelotas: Educat.
- LER+. *Plano nacional de leitura*. Apresentação; Sumário Executivo; Justificação; Princípios; Objectivos/Estratégias; Áreas de Intervenção; Fases; Comunicações; Relatório Síntese. Acedido 12 fev. 2013 em <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/pnl/v/apresentacao.php?idDoc=5>.
- Mello, R. R., Braga, F. M., & Gabassa, V. (2012). *Comunidades de Aprendizagem: Outra escola é possível*. Universidade Federal de São Carlos – São Paulo.
- Ministério da Educação, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação [GEPE]. (2013). *Sistema Educativo: Apresentação do Sistema Educativo*. Acedido 02 jan. 2014 em <http://www.gepe.min-edu.pt/np4/9.html>.
- Moraes, J. V. D. Jr. (2010, maio). Políticas culturais para o livro e leitura no Brasil: Contexto, avanços e desafios. In *VI ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Faculdade Federal da Bahia (UFBA), Brasil.
- Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação*, 22(37), pp. 7-32. Acedido a 3 set. 2013 em http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html#_ftn1.
- More, S. M. C. (1998, setembro). O Mundo da Escrita e Sua Concepção sócio-histórica. *Revista Nuances: estudos sobre Educação*, 4(4). UNESP- Presidente Prudente, São Paulo. Acedido a 02 Set. 2013 em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/76/85>.
- Moresi, E. A. D. (2000, janeiro/abril). Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. *Ciência da Informação*, 29(1), pp. 14-24.

- Neves, J. S., Lima, M. J., & Borges, V. (2007). *Práticas da Leitura nos países da OCDE*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE). Acedido 04 jan. 2014 em http://www.oac.pt/pdfs/OAC_Promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20Leitura.pdf.
- Oliveira, J. B. A. (2003). Programa Alfa e Beto ABC do alfabetizador. Belo Horizonte – MG: Alfa Educativa.
- Organization for Economic Co-operation and Development [OCDE]. (2001). *Knowledge and Skills for Life: First results from PISA 2000*. Acedido a 4 jan. 2014 em <http://www.oecd.org/edu/school/programmeforinternationalstudentassessmentpisa/33691596.pdf>
- Peña, L. B. & Isaza, B. H. (2005). Una región de lectores: análisis comparado de planes nacionales de lectura en Iberoamérica. Bogotá: CERLALC, OEI.
- PISA (2003). *Conhecimento e atitudes para a vida: Resultados do PISA 2000 – Programa Internacional de Avaliação de estudantes/OCDE*. Organização para a cooperação e desenvolvimento econômicos. São Paulo: Moderna.
- Portes, A. (2000). Capital social: Origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (33), pp. 133-158.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2006, de 12 de julho 2006* (2006). Dispõe sobre o Plano Nacional de Leitura – PNL. XVII Governo Constitucional. Lisboa.
- Robbins, S. (2002). *Comportamento organizacional*. São Paulo: Prentice Hall.
- Rocha, T. B. (2008). Práticas de leitura nas séries iniciais do ensino fundamental: Implicações para a formação do leitor crítico (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Acedido 20 dez. 2014 em http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/nometese_154_TEREZA%20BARBOSA%20ROCCO.pdf.
- Royero, J (2012). *Análisis y perspectivas de las reformas educativas en el mundo*. Acedido a 3 jan. 2013 em <http://www.monografias.com/trabajos37/reformas-educativas/reformas-educativas.shtml>.

- Santos, N. L., & Gomes, I. (2004). *Literacia: Da Escola ao Trabalho*. 2004. Acedido a 19 nov. 2013 em < <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/636/1/169-177FCHS2004-3.pdf>>.
- Silveira, R. M. H. (2010). A leitura e seus poderes: Um olhar sobre dois programas nacionais de incentivo à leitura. *Educar em Revista*, n. Especial 2, pp. 103-120. Acedido a 10 nov. 2013 em
- Sim-Sim, L. (2004). (L)iteracia, (des)conhecimento e poder. In *Intercompreensão*, 11.
- Solé, I. (1998). *Estratégias de leitura*. Porto Alegre: Artmed.
- Vital, L. P., & Floriani, V. M. (2006). O letramento na educação básica no Brasil: Uma análise a partir dos resultados do saeb 2001 e 2003. *Revista ACB: Biblioteconomia*, 11(1), pp.39-52. Acedido a 20 Ago. 2013 em <http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/463>.
- Weinberg, M., Edward, J. (2005, fevereiro). Na trilha coreana. *Revista Veja*, 38(7), São Paulo: Abril.